

**Cláudia Maria Lima Ribeiro**

**OU É CASA OU É NADA: UM ESTUDO SOBRE A  
LÓGICA DE OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS  
CONSTRUÍDOS À MARGEM DA LEGISLAÇÃO NO  
MUNICÍPIO DE CAMPINAS**

Dissertação apresentada como exigência para a obtenção do Título de Mestre em Urbanismo, ao Programa de Pós-Graduação na área de Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Raquel Rolnik

**PUC -CAMPINAS**

**2006**

CLÁUDIA MARIA LIMA RIBEIRO

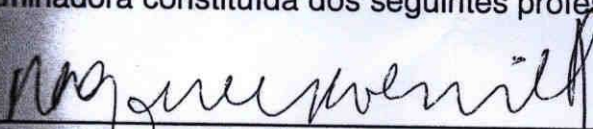
**"Ou é casa ou é nada: um estudo sobre a lógica de ocupação dos espaços construídos à margem da legislação no município de Campinas"**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Raquel Rolnik.

Dissertação defendida e aprovada em 11 de Dezembro de 2006 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



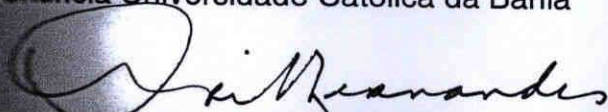
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Raquel Rolnik

Orientadora da Dissertação e Presidente da Comissão Examinadora  
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr. Nelson Baltrusis

Pontifícia Universidade Católica da Bahia



Prof. Dr. Ari Vicente Fernandes

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

## **BANCA EXAMINADORA**

Presidente e Orientador Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Raquel Rolnik

1º Examinador Prof. Dr. Nelson Baltrusis

2º Examinador Prof. Dr. Ari Vicente Fernandes

Campinas, 11 de dezembro de 2006.

*Ao meu pai José Geraldo, pelo ombro que nunca faltou.*

*À minha mãe Adair, por tudo.*

*À minha mãe Eunice, tão longe e sempre tão perto.*

## **AGRADECIMENTOS**

À Raquel Rolnik, orientadora deste trabalho, que sempre desvendou trilhas novas onde nem parecia haver caminhos. Um abraço especial e muito obrigada.

Ao Ari Vicente Fernandes, pela atenção, gentileza e valiosas recomendações.

Ao Nelson Baltrusis, pelo apoio, indicações e sugestões.

Ao Eduardo Acra, pelas inúmeras visitas que fizemos aos bairros na realização das entrevistas e fotos.

À Renata Ikeda, pela preciosa colaboração na realização das imagens, dos mapas e formatações.

*“Convém deixar que se desenvolvam as culturas particulares inventando-se, ao mesmo tempo, outros contratos de cidadania. Convém fazer com que a singularidade, a exceção, a raridade funcionem junto com uma ordem estatal o menos pesada possível.”*

Félix Guattari  
(1930-1992)

# RESUMO

RIBEIRO, Cláudia Maria Lima. *Ou é casa ou é nada – um estudo sobre a lógica de ocupação dos espaços construídos à margem da legislação no município de Campinas*. Campinas, 2006, 122 f. Dissertação de Mestrado – Curso de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2006.

O objetivo deste trabalho é investigar o que é determinante na constituição dos espaços produzidos pelas ocupações de terras de forma ilegal, entendendo-se por ilegal a construção à margem da legislação de ordenamento territorial vigente nos municípios. A hipótese inicial lançada pela pesquisa é a da existência de uma ordem espacial própria. Mas também procurar compreender quais são as determinantes para o desenho da ocupação e do espaço da moradia; qual é a relação que ele estabelece com o arranjo familiar, com a legislação, com o imaginário que se constrói a partir das referências dos grupos que se estabeleceram nestes territórios. Outra questão que se pretendeu investigar refere-se à dimensão assumida pelos espaços públicos e privados nestes territórios; quais são as formas de apropriação dos espaços coletivos e de que maneira as dimensões pública e privada foram construídos nos processos de ocupação dos espaços.

Termos de indexação: urbanização, legislação urbana, exclusão territorial, habitação, desenvolvimento urbano, regulação urbanística, política urbana.

## ABSTRACT

RIBEIRO, Cláudia Maria Lima. *Or it is house or it is anything - a study of the logic of occupation of the spaces built out the legislation in the municipal district of Campinas*. Campinas, 2006, 122 f. Dissertação de Mestrado - Curso de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2006.

The objective of this work is to investigate what is decisive in the constitution of the spaces produced by the occupations of lands in an illegal way, understanding each other for illegal the construction to the margin of the legislation of effective territorial planning in the municipal districts. The initial hypothesis thrown by the research is the one of the existence of an own space order. But also to try to understand which are the decisive ones for the drawing of the occupation and of the space of the house; which is the relationship that he establishes with the family arrangement, with the legislation, with the imaginary that it is built starting from the references of the groups that settled down in these territories. Another subject that she intended to investigate is refers to the dimension assumed by the public and private spaces in these territories; which are the forms of appropriation of the collective space and the public and private dimensions were built in the processes of occupation of the spaces.

Indexation terms: urbanization, urban legislation, territorial exclusion, urban development, town planning regulation, urban politics.



## LISTA DE ABREVIATURAS

ASP	=	Movimento da Assembléia do Povo
COHAB	=	Companhia de Habitação
EMEF	=	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEI	=	Escola Municipal de Ensino Infantil
CEMEI	=	Centro Municipal de Educação Infantil
IBGE	=	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
L'Habitat	=	Laboratório de Habitação Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
LUOS	=	Lei de Uso e Ocupação do Solo
MST	=	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTST	=	Movimento dos Trabalhadores sem Teto
PMC	=	Prefeitura Municipal de Campinas
SEADE	=	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEHAB	=	Secretaria de Habitação de Campinas
SEPLAMA	=	Secretaria de Planejamento de Campinas

## **SUMÁRIO**

### **PARTE I**

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>2. LEGALIDADE E A EXTRA LEGALIDADE</b>	<b>12</b>
<b>3. FORMA URBANA E ILEGALIDADE</b>	<b>16</b>
<b>3.1 LEGISLAÇÃO, EXCLUSÃO E ILEGALIDADE</b>	<b>16</b>
<b>3.2 A CONTRADIÇÃO ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO NO BRASIL</b>	<b>24</b>

### **PARTE II**

<b>4. A QUESTÃO EM CAMPINAS</b>	<b>29</b>
<b>4.1 OS NÚMEROS E OS LUGARES EM CAMPINAS</b>	<b>41</b>
<b>5. OS ESTUDOS DE CASO</b>	<b>49</b>
<b>5.1 REGIÃO DO CAMPO BELO</b>	<b>53</b>
5.1.1 ANEXOS	62
<b>5.2 PARQUE OZIEL E MONTE CRISTO</b>	<b>70</b>
5.2.1 ANEXOS	77
<b>5.3 VILA BRANDINA</b>	<b>82</b>
5.3.1 ANEXOS	88
<b>5.4 JARDIM ITATIAIA</b>	<b>91</b>
5.4.1 ANEXOS	96

### **PARTE III**

<b>6. SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS</b>	<b>101</b>
<b>7. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>107</b>
<b>8. REFERÊNCIAS</b>	<b>109</b>
<b>9. ANEXOS</b>	<b>116</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O trabalho foi desenvolvido em três partes. Na primeira procuramos compreender as questões que envolvem o acesso a habitação e sua relação com a legalidade, com a territorialidade das cidades brasileiras, notadamente marcada por processos de exclusão espacial, assim como na maneira como ela estabelece as relações com a construção da noção de cidadania no Brasil.

No texto seguinte tratamos da dimensão do espaço público como espaço de reivindicação e consolidação, que reafirmam a fragilidade de políticas urbanas que assegurem a urbanidade no estabelecimento de um processo democrático de acesso às cidades.

Na segunda parte apresentamos os estudos de caso elaborados para a pesquisa em quatro regiões de Campinas, objetivando saber como se estruturam estes espaços. Nela procuramos compreender quais são os elementos determinantes na constituição dos espaços construídos à margem da legislação e como se faz a percepção dos moradores destes lugares. Foi qualitativa, aplicando-se questionários em cada uma das áreas pesquisadas, sendo denominadas neste trabalho como “ocupações espontâneas”, mas classificadas como favelas pela Secretaria de Habitação do Município de Campinas. As outras duas são ocupações mais recentes, da década de 90 e denominadas “ocupações organizadas”.

A terceira parte do trabalho apresenta análise das semelhanças e diferenças entre as formas de ocupações irregulares e as considerações finais deste trabalho.

## **PARTE I**

## 2. LEGALIDADE E A EXTRA LEGALIDADE

A ocupação do solo urbano e sua relação com a exclusão territorial, cuja compreensão obriga a um mergulho histórico, posto que não é fenômeno recente, é prática já consolidada e estruturada como meio de intervenção nos espaços construídos e, ao longo do processo de urbanização nacional, construiu dois universos: da legalidade e da extra-legalidade.

Esses dois universos levaram ao que ROLNIK (1999) denomina urbanismo de risco, e que não atinge apenas à população excluída, mas toda a cidade:

*“Urbanismo de risco é aquele marcado pela insegurança, quer do terreno, quer da construção ou ainda da condição jurídica da posse daquele território. As terras onde se desenvolvem estes mercados de moradia para os pobres são, normalmente, justamente aquelas que pelas características ambientais são as mais frágeis, perigosas e difíceis de ocupar com urbanização: encostas íngremes, beiras de córregos, áreas alagadiças. As construções raramente são estáveis, e a posse quase nunca totalmente inscrita nos registros de imóveis e cadastros das prefeituras. O risco é, antes de mais nada, do morador: o barraco pode deslizar ou inundar com chuva, a drenagem e o esgoto podem se misturar nas baixadas – a saúde e a vida são assim ameaçadas. No cotidiano, são horas perdidas no transporte, a incerteza quanto ao destino daquele lugar, o desconforto da casa e da rua.*

*Mas, neste caso, o urbanismo é de risco para a cidade inteira: por concentrar qualidades num espaço exíguo e impedir que elas sejam partilhadas por todos, os espaços melhor*

*equipados da cidade sentem-se constantemente ameaçados por cobiças imobiliárias, por congestionamentos, por assaltos.”*

O urbanismo vem sendo praticado sistematicamente no Brasil e a sua consequência mais evidente, a exclusão, imprime suas marcas no desenho dos espaços, desde a colonização do país até hoje.

A configuração dos espaços das fazendas de cana de açúcar e a relação entre os senhores e os escravos, assim como o processo de abolição da escravatura e a implantação de um novo ordenamento jurídico em relação às terras urbanas, mostraram a exclusão sócio espacial sempre presente na configuração dos espaços, dos territórios, com cada qual no seu lugar. Exemplo dessa prática é a promulgação da Lei de Terras, em 1850, que implanta a propriedade privada do solo e restringe seu acesso a grande parte da população, colocando uma série de empecilhos para sua aquisição, quase sempre impossíveis de ser alcançada pela parte maior da população.

O processo de urbanização brasileiro tem como característica, presente na maior parte das cidades, a diferença entre padrões intra urbanos. Na distribuição desigual de infra-estrutura urbana, de transporte público, de lazer, enfim, das oportunidades, se reafirmam no espaço os processos históricos de exclusão territorial. Aqui o conceito de exclusão territorial adotado é o que permite compreender as diferenças das condições urbanas presentes em um município. Ao longo do tempo mudaram as proporções, mas não as práticas de separação, de segregação no espaço.

Nesse processo de exclusão a legislação urbanística brasileira tem papel fundamental como aparelho de dominação. Esse aparato torna-se mais evidente nas cidades onde a disputa pelo espaço é mais acirrada, e os agentes produtores, tanto o mercado imobiliário como os poderes públicos não atuam de maneira democrática na oferta de espaços com qualidade urbana. A legislação urbana, tal como se estruturou, formou uma cultura jurídica e política, e colaborou para a construção de cidades com grandes desigualdades em seus territórios.

Ao determinar diferentes índices urbanísticos e também a distribuição desigual dos investimentos públicos, a ação dos poderes públicos colabora para a determinação de um valor, o da localização. Essa diferença torna-se, também, um dos fatores que contribuem para a desigualdade, e também para a fragmentação dos tecidos urbanos.

A produção do espaço urbano brasileiro é, portanto, fundamentalmente marcado por duas ordens urbanísticas, que determinam nas cidades os “*melhores pedaços*” e os “*outros pedaços*” destas cidades.

As questões descritas acima podem ser verificadas, de maneira marcante, em Campinas, onde serão feitos os estudos de caso da presente pesquisa. O município, hoje com uma população de mais de um milhão de habitantes<sup>1</sup>, é sede de região metropolitana. Ao longo de sua história o município consolidou um processo de segregação urbana, que se acentua ao longo dos tempos, produzindo, consolidando ou mantendo poucas áreas extremamente privilegiadas em comparação com outras de grande precariedade em relação às ofertas de oportunidades, de qualidades urbanas. Um dos exemplos mais contundentes é a região sul da cidade, onde se localizam dois dos estudos de caso: Parque Oziel, Monte Cristo, Gleba B e Região do Campo Belo. Os outros dois estudos, que são o Jardim Itatiaia e Vila Brandina - estão localizados na região central, mas também são parte desse processo, onde muitas vezes não estão distantes fisicamente, mas separados pelo descaso, pela sua condição de clandestino, de marginal, quase oculto, mesmo estando fisicamente tão próximo.

Cabe aqui ressaltar que a legislação contribui para a desigualdade, mas não é determinante dela. A desigualdade é da natureza do mundo capitalista, e tem diversos outros fatores. Nas cidades ela se mostra na falta de acessibilidade e a na luta por melhores condições de vida, que é sempre resultado de uma escolha limitada, restrita. Segundo HARVEY (1982):

---

<sup>1</sup> A população do município de Campinas, segundo dados da Fundação SEADE de 2005, é de 1.029.898 habitantes.

*“ A luta para se livrar da exploração imediata do proprietário da terra e a contínua batalha para manter baixo o custo de vida muito contribuem para explicar a posição adotada pelo trabalho, com respeito à distribuição e qualidade de todos os elementos do ambiente construído. Infra-estrutura, oportunidades de recreação, equipamentos de lazer, acesso a transportes etc. São todos objeto de disputa. Porém subjacente a estas preocupações imediatas, está a luta mais profunda sobre o próprio significado do ambiente construído como conjunto d valores de uso para o trabalho”.*

Assim, é importante compreender o papel da legislação como instrumento, para a implantação necessária de uma nova ordem jurídica, compreendendo a natureza e a lógica dos espaços ilegais, construídos no limbo da legalidade e apresentando soluções mais próximas à sua realidade, o que só é possível na medida em que se conheçam, ou se reconheçam suas lógicas.



### 3. FORMA URBANA E ILEGALIDADE

#### 3.1 Legislação, exclusão e ilegalidade

A dinâmica de crescimento das cidades brasileiras mostra, não apenas o empobrecimento da população urbana, mas como elas se estruturam, de forma fragmentada e segmentada, revelando a fragilidade e expondo a vulnerabilidade, a instabilidades das ocupações irregulares.

Dentro desse quadro, a relação da legislação com a legalidade ou a ilegalidade urbana está posta na medida que contribui para definir as áreas privilegiadas, servidas da melhor infra-estrutura, com melhores oportunidades, e assim determinando também as outras áreas, a “*outra cidade*”.

A parcela da cidade ocupada irregularmente não é somente onde se dão as ocupações de baixa renda. Vale lembrar que a irregularidade urbana está presente em toda a cidade, independentemente da faixa de renda que caracteriza a população de cada um dos lugares, de cada um dos pedaços de uma cidade. O que ocorre é que a noção de ilegal, de irregular, está relacionada à imagem do lugar, e por isso muito mais associada às áreas de favelas e ocupações. É nessas áreas que se coloca a falsa idéia de que são as únicas em desacordo com a legislação, sem regra, representando o caos.

Mas o que se verifica, através dos estudos de PANIZZI (1987), é que nesta “*outra cidade*” também estão presentes lógicas e regras, que muitas vezes dialogam com as práticas presentes na dinâmica da ordem legal, como a lógica do mercado<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> “As favelas, os loteamentos clandestinos e as ocupações se consolidaram como opção de habitação para a população de baixa renda. A incapacidade do mercado imobiliário formal oferecer produtos condizentes a esta população; aliado à falta de programas de provisão habitacional capazes de atender a esta demanda de baixa renda, estimulou a criação de um mercado informal de moradias.” Baltrusis, Nelson. In *A dinâmica do mercado imobiliário informal na Região Metropolitana de São Paulo: um estudo de caso nas favelas de Paraisópolis e*

A existência de um mercado imobiliário em favelas, nesse sentido, passa a constituir um segmento que cumpre o papel de suprir a necessidade de morar de parte da população de baixa renda. Este acontece, segundo ABRAMO (2003), pela *lógica da necessidade*, demonstrando que quando a *lógica do Estado* não é capaz de prover a demanda por moradia e a *lógica do mercado* não cumpre o seu papel social de proporcionar o encontro entre aqueles que querem (necessitam) comprar uma moradia, com aqueles que a produzem.

De acordo com ABRAMO (2001) e BALTRUSIS (2000) a localização de uma favela, ou de um imóvel numa determinada favela faz parte de um conjunto de estratégias de sobrevivência. Via de regra, os compradores de imóveis em favelas escolhem de acordo com interesses econômicos (próximo ao trabalho), ou por uma rede de solidariedade (o comprador tem vínculos de parentesco, de amizade ou culturais com outros moradores da localidade).

Ainda segundo o autor:

*“os fatores da proximidade de uma eventual fonte de rendimento e os fatores de vizinhança são apontados como motivos de localização de escolha dos pobres urbanos”.*

Diante disso, a *lógica da necessidade* indica que a escolha da área ocupada ou a ser comprada tem a ver com a sua localização no tecido urbano, dentro de um conjunto de estratégias de sobrevivência: interesses econômicos (próximo ao trabalho), ou por uma rede de solidariedade (o comprador tem vínculos com parentes, de amizade ou culturais com outros moradores da localidade).

De acordo com ABRAMO (2001):

*“os fatores da proximidade de uma eventual fonte de rendimento e os fatores de vizinhança são apontados como motivos de localização de escolha dos pobres urbanos.”*

Outro diálogo que se expressa é o da ordem jurídica, que determina e interpreta esta realidade, fruto deste embate entre poucos com poder e muitos sem poder, produzindo no bojo desta legalidade a ilegalidade, a extra legalidade. Como mostra o trabalho de FERNANDES (1995), a questão da ilegalidade também está relacionada com uma ordem jurídica elitista, que, no caso brasileiro, está relacionada ao direito de propriedade individual e não ao direito à moradia.

O estabelecimento dessa ordem jurídica determina o inacessível e declara como ilegal todo o território à margem de sua proposição. Mas estas duas cidades, frutos da mesma lógica são inseparáveis como objeto de análise e proposição. Isto pode ser identificado na forma urbana resultante desta cidade ilegal ou extra legal. Nela estão presentes tipologias que se assemelham, que recriam a forma urbana da cidade legal.

O ilegal se mimetiza em legal, tornando esta questão até mais perverso, na medida em que a reprodução da *“imagem legal”* transforma o ilegal em extra legal, segundo HOLSTON (1993), um caminho para a legalização, onde:

*“A moradia ilegal é uma maneira comum e segura através da qual a classe trabalhadora pode ganhar o acesso legal à terra e à moradia, acesso que, de outro modo, não seria possível. Assim uma relação fundamental entre usurpação e legalização caracteriza o desenvolvimento da periferia: a usurpação inicia o povoamento e desencadeia o processo de legalização da propriedade da terra.”*

Esta investigação será feita pelos estudos de caso. Cabe ressaltar que os territórios ilegais pesquisados serão favelas e ocupações. Nas primeiras, o que as caracteriza e portanto as distingue de outras formas de ocupação, é a forma espontânea como surgem, geralmente tomando espaços públicos de forma orgânica. As organizadas são áreas ocupadas mais recentemente, que se constituíram com uma estratégia de ocupação, com desenho de lotes e quadras e ruas determinadas previamente.

O interesse é investigar e analisar as questões que envolveram o processo de ocupação e de que maneira estas foram decisivas, ou não, na forma resultante. Dentro desta dualidade entre o legal e o ilegal, pretende-se estudar esta outra possibilidade que se coloca de maneira marginal, mas que se efetiva, muitas vezes na forte identidade de constituição territorial verificada a partir das formas de apropriação dos diversos grupos e dos espaços por eles ocupados.

A primeira questão levantada é a possibilidade de ruptura com a forma urbana oferecida pela legislação de ordenamento territorial que esses movimentos possuem e que muitas vezes não ocorre de modo concreto, ficando muitas vezes a questão jurídica da propriedade como o impasse maior a ser resolvido. Nesse sentido essas ocupações representam o modo de ocupação se dissemina pelas cidades brasileiras, e que têm raízes num sistema jurídico, como afirma HOLSTON (1993):

*“que não objetiva resolver conflitos, colocando-se como um meio de perpetuar e obscurecer as disputas ao invés de resolvê-las.”*

Ainda de acordo com HOLSTON (1993):

*“a lei brasileira produz regularmente, nos conflitos de terra, procedimentos e confusão irresolúveis; que essa irresolução jurídico-burocrática às vezes dá início a soluções extra judiciais; que essas imposições políticas, inevitavelmente, terminam por legalizar algum tipo de usurpação. Em suma, a*

*lei de terra no Brasil promove conflito, e não soluções, porque estabelece os termos dos quais a grilagem é legalizada de maneira consistente.”*

As experiências populares nas periferias das cidades transformaram os processos de invasões de áreas, de ocupações em formas de ações organizadas, planejadas, onde não só a população moradora está envolvida, mas também os produtores destes espaços, que perceberam estar diante de um negócio rentável e economicamente vantajoso. Do mesmo modo, politicamente passaram a interessar também, já que muitas delas são logo encampadas por um vereador, disposto a negociar frente aos poderes municipais em nome dos moradores. Nesta arena de disputas por acesso à cidade e à moradia há uma mesma ordem jurídica que determina e interpreta esta realidade, fruto deste embate entre poucos com poder e muitos sem poder, produzindo no bojo desta legalidade a ilegalidade, a extra legalidade, ou uma nova legalidade.

Segundo HOLSTON (1993), a urgência em edificar suas moradias nas áreas invadidas vem da tendência da Justiça em reconhecer a propriedade da construção, apesar da ilegalidade da invasão, consolidando, nessa ambigüidade, uma forma de dominação efetiva e perversa, onde a lei permite uma desordem estratégica. Aqui se faz importante salientar que esta lógica: ilegal-pobre-periferia-marginal - que permeia as ilegalidades não está presente somente na periferia, mas também se verifica na lógica ilegal-rico-central, com a diferença de que os poderes de atuação no sistema legal são bastante diferentes.

É importante que se criem alternativas para a alteração desse quadro de produção de extra legalidade<sup>3</sup>, alterando o *status quo*, que consagrou e perpetuou a propriedade privada da terra como modo de acesso legal à cidade, e que impossibilita o acesso à habitação e à cidade para grande parte da população. É um

---

<sup>3</sup> “...é raro que se estime como positiva a dialética que une legalidade e ilegalidade, que se consagre suficiente espaço à análise dos extremos que elas representam. O interesse para a nossa pesquisa, das práticas sociais de acesso à terra e à habitação, reside no vaivém entre “ilegalidade” e “legalidade” que lhe são inerentes, em todas as categorias sociais, e que a pobreza torna particularmente visível.”; In *Wrana Maria Panizzi* Revista Espaço e Debates, nº. 26, 1987.

sistema onde se tem uma legalidade inacessível, declarando como ilegal um vasto território de ilegalidades, mas que apresenta-se como espaço ativo, espaço apropriado, o lugar de uma comunidade e de suas relações.<sup>4</sup>

Essa situação leva ao que FERNANDES (1995) coloca: a necessidade de um novo contrato social, a partir de uma nova ordem jurídica, que possibilite um outro Direito Urbanístico, que não trate do direito de propriedade, mas do direito à propriedade.<sup>5</sup>

Outras questões se fazem importantes. Na procura desse entendimento, sobressai, a Teoria de Equilíbrio do Mercado, analisada por ABRAMO (2001). Nela é colocada a questão do mercado e da ordem urbana sob a perspectiva do plano urbano, do planejamento e sua tentativa de estabelecer uma regra e por outro a perspectiva do mercado e da liberdade individual, que fazem emergir uma outra, que concilia eficiência alocativa e liberdade individual.

Partindo-se do princípio de que a cidade pode ser percebida enquanto desenho específico gerado pelas estruturas sociais, econômicas e culturais, pode-se verificar através destas leituras vários fenômenos; consequência de ações urbanas que vão se desdobrando em tipologias e modelos diferentes. Estes, quando ilegais perante a legislação, muitas vezes se distanciam do padrão imposto e outras vezes se aproximam. O resultado é uma cidade, muitas vezes descontínua, desarticulada, aparentando uma desordem precariamente organizada.

No processo de segregação, algumas formações são excluídas enquanto elementos compositivos da cidade e nem sequer fazem parte das áreas onde há

---

<sup>4</sup> “ O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Consequentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção de espaço.”; Milton Santos, In Espaço e método, p. 49, 1985

<sup>5</sup> Contudo, se a promoção das reformas liberalizantes tiver por objetivo também a correção das desigualdades sociais, a reforma do liberalismo clássico é fundamental para que se garanta a consolidação da democracia urbana. Não se pode ignorar o fato de que estamos partindo de uma dívida social e de um déficit habitacional e ambiental enormes, que somente podem vir a ser enfrentados por meio de uma ação concentrada entre o estado, as forças do mercado, e sobretudo a sociedade organizada. No que toca a questão urbana, o Brasil ainda está no período pré-Republicana, e somente um novo contrato social pode vir a mudar o rumo desse processo.”; In Comunicação apresentada durante o encontro “Belo Horizonte debate seu futuro” ; de 27 a 29 de março de 1995.

alguma política de melhoramento por parte do poder público e com isso passam a constituir formas à parte, estruturas agrupadas à a cidade, mas não reconhecidas. Um exemplo são as favelas em áreas centrais das que, por estarem em lugar privilegiado, não recebem nenhum tipo de investimento do poder público.

Na negação da cidade como lugar dos vários grupos que a compõem, ou seja, a tentativa de conferir-lhe uma característica única e homogênea está uma operação de caráter ideológico, que para sua execução foi e continua sendo a exclusão de "direitos" sobre a forma urbana resultante. O acesso à parte da cidade, melhor estruturada, não é permitido a todos.

A retirada dos "*direitos*" se expressa, também, nas formas de manifestação da identidade desses grupos. É um corte consistente na retirada dos significados espaciais que os mesmos grupos mantêm com a cidade.

Excluindo-se o sentido dos lugares onde vivem, alguns grupos abdicam de sua parcela no espaço público e habitacional da cidade, por possuírem poucos ou nenhum meio legal de acesso, de reivindicação. Há ocupações com mais de quarenta anos de existência que não recebem nenhum investimento em saneamento, por exemplo. Qual a principal razão pela qual tais lugares se encontram, por assim dizer, órfãos de benfeitorias passados tantos anos? A resposta só pode ser uma única: investir, de algum modo, é reconhecer. Assim, muitas vezes áreas que mais precisam de investimentos, na sua maioria favelas e ocupações, não os têm por conta não apenas da ausência de planejamento urbano integrado, mas também pela negação explícita de serem pertencentes à cidade.

O desenvolvimento desse processo se dá no sentido esvaziante do conceito de *espaço público*, de algo "de todos" para "de ninguém". Uma cidade "*de ninguém*", ou parte de uma cidade deixada à margem é uma cidade a mercê de outros poderes, desde que disponham dos mecanismos de força para ocupá-la.

A perda do espaço público e da qualidade do espaço privado é a entrega das bases materiais onde se solidifica a cidadania, onde se mostra uma das faces da

cidadania. Portanto, estudar a forma urbana apenas como resultado de desenho urbano não reflete a realidade de sua gênese, assim como não reflete as ações que promovem e consolidam um projeto de cidadania, papel, em última instância, do planejamento urbano.

Na medida que a forma urbana foi sempre tratada como estável pelas ações do planejamento urbano, controlada, com saneamento, planejamento, enfim, uma organização complexa, faz-se importante entender a "forma marginal", instável, sem as infra e mega estruturas da forma estável também como forma, que à partir da exclusão produz novas formas de apropriações do território, bastante representativas, sendo inclusive demonstradas pelos movimentos de arte, tanto na música, nas artes plásticas e outras, com pulsação, efervescência, representando um canal importante de expressão e de reivindicação. É importante o reconhecimento, a percepção de que ali, por valores próprios e manifestações culturais importantes, como o *hip-hop*, o *rap*, expressões autóctones de seus moradores, da identidade do lugar, do território.

Contraopondo-se à forma de ocupação do espaço ditada pela legislação de zoneamento, plano diretor, código de obras - essas "formas marginais" nascem como que espontâneas, aleatórias, mas expressam uma lógica própria, resultando num espaço mimético.<sup>6</sup>

Essa aparente espontaneidade se verifica falsa quando analisada mais profundamente, estabelecendo também regras de ocupação, já que nas ocupações marginais a organização existe como uma necessidade básica de sobrevivência, pressupondo etapas e estratégias.

Nestas existem as forças políticas e também policiais. Há a presença de normas, leis, mesmo que pautadas sob outros princípios, estabelecendo-se poderes.

---

<sup>6</sup> "As relações sociais locais fazem emergir novas normas jurídicas, com legitimidade precisa. Sua elaboração passa por inúmeras lutas, negociações e ajustes entre múltiplos interesses. Simples acordos verbais acabam se transformando em regulamentações escritas, consagrando à nova preeminência local certos interesses sociais negligenciados pelo Estado"; In Wrona Maria Panizzi, revista Espaço e Debates nº26.



muitas vezes representados pelo crime organizado, que se estrutura não só pelo medo que instaura, mas também pelo vazio deixado pela ausência do poder público.

### **3.2 A contradição entre o público e o privado no Brasil**

A implantação das teorias neoliberais nas políticas públicas na América Latina coloca mais uma vez a importância do debate sobre as esferas pública e privada no Brasil. Essas políticas neoliberais foram implantadas no Brasil na década de 80, no mesmo momento em que estava em construção uma esfera pública de reivindicação constituída por movimentos sociais. Neste momento ocorria o processo de redemocratização e o fortalecimento dos poderes locais e da participação popular.

A nova política que se impõe estruturando-se em conceitos como o Estado mínimo, a individualização e a fragmentação, afasta-se do momento anterior. A contradição que se apresenta é o fato de os movimentos sociais estarem reivindicando não o Estado mínimo, mas o Estado que garanta condições sociais e econômicas abrangentes, de inclusão social.

A interrupção e a troca por uma nova forma de condução das políticas públicas acarretaram uma perda para o processo de consolidação da esfera pública no Brasil. A fragilidade está também no tempo histórico, posto que estas mesmas políticas neoliberais foram implantadas na Europa em momento anterior, mas em países que já haviam constituído, solidificado políticas de implementação de direitos sociais. No Brasil ainda estava em curso.

Uma outra questão se faz importante para a compreensão do espaço urbano brasileiro e a diferenciação que define as esferas pública e privada e que foi, historicamente, marcada pela constituição de três mundos, segundo DA MATTA (1997): o mundo da casa, o mundo da rua e o outro mundo. A constituição destes

três mundos constrói uma gramática dos espaços do mundo privado – casa -, o mundo público – e a rua. Estes contêm visões de mundo e éticas particulares que são visões complementares e não exclusivas ou paralelas, na qual estamos todos embebidos.

A formulação e consolidação de diferentes éticas, absolutamente separadas e que ao mesmo tempo se interpenetram no sistema político brasileiro faz com que as relações de caráter público passem a ser vistas sob uma ótica privada, e, assim, tornam-se um lugar bastante fértil para as práticas políticas do favorecimento, do clientelismo, das relações pessoais, em detrimento à idéia de algo coletivo, impessoal, público.

O discurso político se move dentro do discurso da casa, legitimados pela lealdade, pelo merecimento, por conhecimentos pessoais. Esta prática leva a uma redução do espaço público, a idéia de associação coletiva, levando a transformação do poder político em simulacro.<sup>7</sup>

A indiferenciação destas duas esferas, no caso brasileiro, leva a conseqüências bastante singulares e graves na constituição do processo de democratização, assim como na consolidação da idéia de cidadania, por excelência da esfera pública.

Como assinala ARENDT (2001),<sup>8</sup> a esfera pública só é possível a partir do reconhecimento do indivíduo. O valor da moradia própria representa o consumo e o modo de reprodução do capital<sup>9</sup>, mas também representa a forma como a noção de cidadania é constituída no Brasil, não a partir da constituição de um direito, mas da sobrevalorização de valores privados.

---

<sup>7</sup> “... dos formadores de opinião, fazendo da vida privada – família e empresa o código da vida pública, conduzem ao progressivo retraimento do espaço público e pões em risco, pelo despotismo e pela tirania, a política e a cultura democráticas...”; In CHAUÌ, Marilena. Política e Cultura Democráticas; p. 57.

<sup>8</sup> “ É este mesmo o significado da vida pública, em comparação com a qual até mesmo a mais fecunda e satisfatória vida familiar pode oferecer somente o prolongamento ou a multiplicação de cada indivíduo, com seus respectivos aspectos e perspectivas”, In A condição humana, p. 67.

<sup>9</sup> “Conforme confirmou Marx, a produção pode gerar o consumo e o modo do consumo, mas ela não o faz automaticamente, e a maneira como o faz é o *locus* de contínua luta e conflito”; HARVEY, David. In Espaço e Debates, nº 6, p. 34.

Esta construção se faz, primeiro, quando da construção de uma sinonímia entre moradia e casa própria, reduzindo a questão à noção de espaço privado, de algo individual, ao contrário da noção ampla de moradia, que inclui em seus valores o direito à cidade e não apenas a uma unidade habitacional. Isto leva a perdas importantes para o fortalecimento de algo coletivo, construído essencialmente na esfera pública.<sup>10</sup>

No Brasil, do ideário da casa própria como única forma de segurança contra as adversidades e também como forma de reconhecimento de sucesso leva grande parte dos trabalhadores a perseguir, durante a maior parte de suas vidas a construção de sua casa, seja ela onde for, na maioria das vezes em periferias muito distantes. O valor da casa própria, em detrimento a outras formas de acesso, como o aluguel, foi um dos marcos das políticas habitacionais implantadas no governo Vargas e que se colocou como alternativa desde então nas soluções propostas para o setor habitacional.

Portanto, o valor real e simbólico da casa constitui fortemente a respeitabilidade do trabalhador. Em última instância, a casa própria confere ao trabalhador sua condição de cidadão; um paradoxo que o Brasil, assim como outros países da América Latina, onde a cidadania, que deveria de se construir, por princípio, no espaço público, se edifica a partir do privado, na afirmação da propriedade privada.

A noção de subcidadão, definida por KOWARICK (2000), nos permite entender como a construção desse ideário consolidou esta cidadania às avessas. Assim compreende-se o processo da autoconstrução da moradia, que muitas vezes dura toda a vida, mas que representa a sua garantia.

Estamos diante de um sistema político que privatiza a noção de cidadania quando coloca o valor simbólico e real da casa própria vinculados à respeitabilidade do cidadão privado. Então, se a casa própria é a afirmação de cidadania, assim

---

<sup>10</sup> “ Neste sentido. A espoliação urbana só pode ser entendida como produção histórica que, ao se alimentar de um sentimento coletivo de exclusão, produz uma percepção de que algo – um bem material ou cultural – está

como a consolidação efetiva e afetiva dos laços familiares, também é possível entender porque a moradia de aluguel é, dentre outros fatores, um espaço cultural pouco valorizado, mesmo que ainda hoje represente uma das principais formas de acesso à moradia.

Neste contexto, a exclusão sócio-espacial assume uma outra dimensão quando o trabalhador, em um processo de volta aos centros urbanos ou áreas com melhor qualidade urbana, assume ainda mais sua condição de não-cidadão. Muitas vezes a volta do trabalhador para habitar os centros significa habitar os cortiços. Portanto ele volta a uma condição de subcidadania, expressa pelo valor simbólico de morar em cortiços.

Diante desta realidade, onde a propriedade privada é constitutiva da nossa cultura, fundamento não só das relações econômicas, mas das sociais, projeto de uma existência, coloca-se uma questão importante na formulação de políticas públicas, principalmente as políticas habitacionais.

É fundamental que construções historicamente reducionistas, como a idéia de acesso à moradia pela aquisição da casa própria, assim como nas políticas atuais do neoliberalismo, onde a noção de liberdade passe a ser uma grande bandeira desse novo sistema, fazendo com que a noção de democracia se associe, falsamente, à idéia de liberdades individuais. A perspectiva para a solução habitacional não poderá estar dissociada de questões básicas, ainda não resolvidas no Brasil, que dizem respeito ao acesso à terra urbana e rural, à distribuição de renda, à falta de políticas públicas.

Assim, o impacto das políticas neoliberais no Brasil foi o de diminuir significativamente as chances de um trabalhador poder ter sua casa própria em um loteamento regular, formal, permitindo então a disseminação das favelas e ocupações como forma de obter a casa própria.

---

faltando e é socialmente necessário.”; In São Paulo em perspectiva, vol. 5, 1991, p. 4.

Este trabalho pretende assim, investigar quais são as lógicas de apropriação do espaço urbano e do espaço doméstico nas áreas ditas irregulares no município procurando compreender como se constrói o espaço dos que buscam construir parte de sua cidadania a partir do lugar onde moram. Que espaço é este que se constrói a margem, mas se assemelha tanto?

A pergunta se faz porque, se ele se constrói em paralelo, a possibilidade de ruptura com a cidade poderia indicar outras soluções formais, mas alguns elementos se repetem, como o lote por exemplo. E a questão buscar compreender porque ele se mantém como unidade, como referência formal. No desenho interno da casa as referências também se reproduzem, com uma hierarquia de sala, quarto e cozinha. Apresenta-se a noção de parecer cidade, quando ainda não é nas suas questões básicas, de infra-estrutura, na presença do poder público.

#### 4. A QUESTÃO EM CAMPINAS

Em Campinas a relação entre a legislação de ordenamento territorial e a segregação no espaço urbano há muito se verifica. Desde 1934 o Código de Construções do município proíbe a construção de cortiços na cidade, e estabelece índices mínimos para as novas moradias populares, o que representa, já neste período, a legislação como instrumento de controle social.

Ao final da década de 50, a cidade passa a se transformar em um pólo regional importante, com grande crescimento industrial e também no setor de serviços. Neste período implantava-se na região de Campinas uma importante rede de rodovias, decorrente de política de desconcentração industrial desenvolvida pelo governo federal e estadual. Isto vai atrair um grande fluxo migratório para o município. Nos anos 80 e 90 esse processo se diversifica, com a construção de grandes indústrias de tecnologia, universidades e hipermercados, reforçando seu papel regional.

Assim ocorre na cidade um crescimento populacional maior do que outras regiões do Estado, com taxas acima da média estadual até o início da década de 90, quando estas passam a indicar um crescimento menor em relação à outras regiões, como informam as tabelas abaixo.

TABELA 1						
Taxa crescimento populacional						
	40/50	50/60	60/70	70/80	80/91	91/00
Brasil	2,34	3,17	2,76	2,48	1,93	1,74
Reg. Sud.	2,08	3,26	2,52	2,64	1,77	1,71
ESP	2,44	3,57	3,20	3,49	2,12	1,91
Campinas	1,61	3,7	5,54	5,86	2,24	1,59

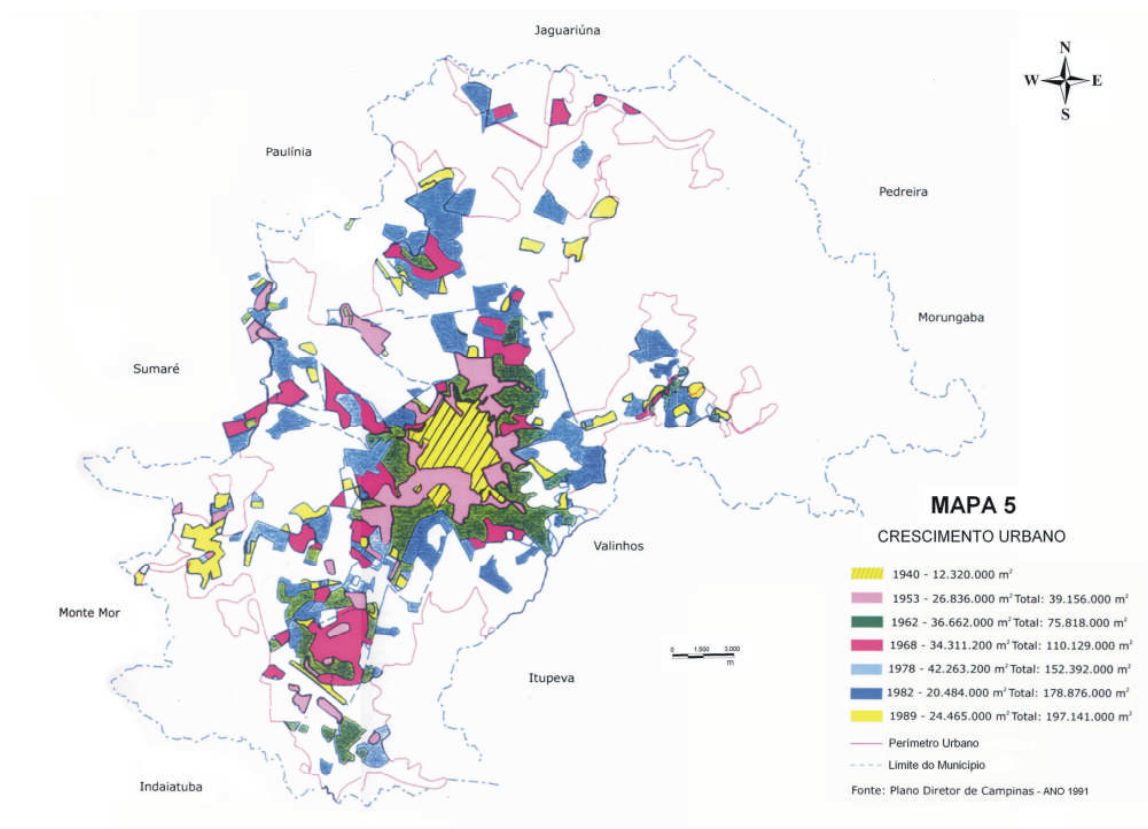
Fonte: SEPLAMA/IBGE.

<i>TABELA 2</i>	
<b>População censitária Campinas</b>	
1940	129.940
1950	152.540
1960	219.303
1970	375.864
1980	664.559
1991	847.597
1996	908.906
2000	969.396
2005*	1.045.706

Fonte: SEPLAMA/IBGE. Censos Demográficos 1940 a 1991, Contagem Populacional de 1996, \* estimativa

A relação do processo de crescimento com o aumento da população, principalmente a de baixa renda, tem um desenho específico no mapa da cidade, como mostra o mapa a seguir. A expansão da malha urbana caracteriza-se por três períodos distintos, que se relacionam a diferentes momentos de periferização, com formas específicas: primeira periferia urbana, com os primeiros loteamento irregulares; a segunda periferia urbana, com os primeiros conjuntos habitacionais e a emergência das favelas em áreas públicas; e por fim a terceira periferia, com ocupações organizadas e vazios urbanos.

## MAPA DA EVOLUÇÃO DA MANCHA URBANA DE CAMPINAS



Fonte: SEPLAMA, 2006.



No primeiro período de periferização, de 1945 a 1957, não se assumia, por parte do poder público, a presença de favelas como soluções habitacionais, mas já era expressivo o número de cortiços. A presença cada vez maior deles no centro e a impossibilidade dos trabalhadores construírem suas casas vão levar a Prefeitura do município, por decreto em 1940, a proibir a construção de cortiços e a estabelecer novos padrões para habitação popular. Em 1948 este decreto foi revisto, sendo substituído por outro que estabeleceria assistência técnica gratuita para a auto construção de moradia. Nesse mesmo ano é lançado o programa Fundação Casa Popular, onde a prefeitura municipal financiava a compra ou a construção de “casas proletárias”.

A construção da rodovia Anhanguera, em meados de 45, inicia um processo acentuado de ocupação das margens da rodovia, com a implantação de vários loteamentos nas terras ao longo de seu traçado. Neste período triplica a área urbana parcelada no município, passando de 16.246.000 m<sup>2</sup> para 52.921.000 m<sup>2</sup>. Com esta extensão de ocupação, a área total loteada absorveria um total de 400.000 habitantes, sendo que a população à época correspondia a 129.400 habitantes. Verifica-se já um processo de urbanização disperso já neste momento, com a mancha urbana de grande extensão horizontal, mas com baixa densidade de ocupação.

Dentro desse quadro, a solução para a população de baixa renda vinha da iniciativa privada, que atuava na periferia, sem uma intervenção direta do poder público. A falta de fiscalização permitiu que esses novos loteamentos, na primeira periferia constituída, se implantassem sem a infra-estrutura necessária, de modo muito precário.

Mesmo com a obrigação legal de destinação de áreas de lazer e instalação da rede de água, à cargo do empreendedor, isso na maioria das vezes não ocorreu e grande parte dos loteamentos dessa época permanece irregular até hoje.

Assim, a primeira periferia da cidade é formada entre 1950 e 1964 e tem como marca a grande presença de loteamentos irregulares, em grandes

extensões e com baixa densidade de ocupação. Este processo produziu, em dez anos, uma superfície loteada superior 1,6 vezes a área até então urbanizada no município, mas onde somente 10% desse total eram servidos de infra-estrutura.

A ausência de infra-estrutura tinha o respaldo legal de uma legislação ambígua que permitia o registro dos loteamentos em cartório sem a exigência de comprovação da execução dos serviços públicos pelos quais o empreendedor era responsável. Essa periferia foi loteada mas não efetivamente ocupada, e marca uma característica importante em relação à ilegalidade urbana em Campinas, iniciada pelos agentes imobiliários urbanos privados e não pela população de baixa renda,

O processo de formação da segunda periferia ocorre entre 1964 e 1980, e é neste período que surgem as primeiras favelas no município, ocupando principalmente as áreas públicas ou áreas de lazer dos loteamentos centrais e principalmente os loteamentos irregulares implantados no período anterior. Este período caracteriza-se pela expansão mais acentuada da superfície da periferia do que o processo anterior, produzindo periferia ainda mais distante da área central do município.

Em 1965, é fundada a COHAB Campinas. Inicia-se a era dos conjuntos habitacionais de médio e grande porte na cidade, como solução habitacional para a população de baixa renda, mas a construção das unidades ficou sempre aquém da demanda, com poucos conjuntos tendo sido construídos. Depois disso a ação do Estado se intensifica e uma grande quantidade de unidades é construída, principalmente nos setores sul, sudeste e sudoeste, demonstrando uma política clara de segregação sócio-espacial, onde os empreendimentos públicos oferecidos como soluções habitacionais para baixa renda vão se localizar na mesma região onde a iniciativa privada já iniciava um processo de ocupação com loteamentos irregulares.

Nessas áreas se instala a população principalmente de migrantes vindos para a cidade em busca de emprego e que não obtinha acesso à moradia pelos meios de financiamento públicos oferecidos. Campinas, nessa época, era governada pela oposição ao regime militar. Este fato confere à questão das favelas uma outra

característica, já que a idéia de remoção dessas áreas estava vinculada às ações do governo militar, e como oposição, o poder público municipal pautou-se por certo consentimento velado em relação à presença das favelas, associado ao clientelismo político, prática bastante característica nestas situações.

Apesar de não haver um levantamento preciso da população residente em favelas nesta época, notícias publicadas no jornal “O Diário do Povo” afirmam a existência de 400 famílias morando em favelas, somando um total de 2000 pessoas.

O movimento de ocupação dessas favelas não se faz de modo organizado, com as famílias chegando, uma a uma, com barracos sendo construídos de maneira voluntária, sem predeterminação de desenhos ou lotes, muito próximos uns dos outros ou muitas vezes lado a lado. Esta forma vai se caracterizar, como o denominado neste trabalho, de “ocupações espontâneas”, onde não há uma organização prévia. As famílias que se instalam chegam por intermédio de amigos ou parentes que já moravam em Campinas. Outra parcela da população é parte do fluxo migratório ocorrido na cidade em função do acelerado processo de industrialização que se desenvolve nesse período na região.

Iniciado na década anterior, o fluxo migratório intensifica-se, representando 62,50% da população nos anos 60 e elevando-se para 63,41% no período seguinte.

<b>TABELA 3</b>						
<b>Componentes do crescimento populacional em Campinas</b>						
período	Cresc. absoluto	Taxa de crescimento (%a.a.)	Componentes do crescimento		Part. no cresc. Absol. (%)	
			Veg.	migrantes	Veg.	Migr.
50/60	66.763	3,70	39.045	27.711	58,48	41,50
60/70	156.561	5,54	58.706	97.855	37,50	62,50
70/80	288.695	5,86	105.635	182.857	36,59	63,41
80/91	183.038	2,24	151.050	30.825	83,16	16,84
91/00	121.801	1,59	106.475	16.709	86,44	13,56

Fonte: Baeninger

Dentro deste quadro de precariedade inicia-se os movimentos populares reivindicando melhores condições urbanas. No início dos anos 60, as primeiras manifestações da população, organizadas na forma de Sociedades de Bairros, começam a reivindicar melhores condições de infra-estrutura urbanas. Mas as SABs, com a ditadura militar, sofrem alterações em sua estrutura, se esvaziam e passam a desenvolver atividades de lazer e recreação para a população desses bairros, distanciando-se de seus objetivos iniciais. Elas voltam a se rearticular com maior protagonismo nos movimentos sociais no final dos anos 70.

Neste período, de formação da segunda periferia do município e quando são ocupadas as primeiras favelas em Campinas, surge uma questão relevante: a emergência do estigma das favelas e da população que nelas residem. A associação da imagem de marginalidade com a favela, já presente na história brasileira, se verifica claramente em Campinas. Enquanto os movimentos asseguravam, mesmo que de modo insuficiente, algum investimento nos bairros a resposta para as áreas de favelas era a remoção, a retirada da população, o não reconhecimento dos direitos dos que lá estavam.

Como relata LOPES (1997), para além do entendimento da idéia de marginalidade associada à forma ilegal de ocupação de terras urbanas para fins de moradia, aos moradores das favelas se construiu uma outra associação com a noção de marginal, que é a do banditismo, do indivíduo violento, dos que pertencem a uma “classe perigosa”. Essa imagem passa a ser construída de maneira sistemática, inclusive pelos meios de comunicação ao relatarem as questões relacionadas aos moradores de favelas, que muitas vezes não se classificava como problema social, mas questão policial, como a notícia publicada no jornal “Correio Popular”, em 28 de novembro de 1964 e relatado por LOPES (1997):

*“Polícia e Prefeitura, em trabalho conjunto, percorreram 128 malocas das 260 existentes na periferia da cidade conseguindo desfavelar 108, restando, ainda, 20 das visitadas, que estão sendo estudadas pormenorizadamente e em breve também serão extintas. Ainda não foram visitadas pela polícia 132*

*malocas, o que será feito oportunamente.... Quanto aos vadios e malandros, foram todos sindicados pela polícia.... Campinas é hoje uma cidade importante, superior mesmo a várias capitais do Brasil, sendo um centro de ramificação para vários pontos do país e aonde chegam forasteiros a toda hora. Temos recebidos várias denúncias, inclusive ofício da Câmara Municipal local, de que caminhões lotados de vadios e mendigos, pertencentes às prefeituras de várias cidades da região, têm descarregado seus ocupantes aqui em Campinas, agravando o problema para a polícia local.”*

Pelo discurso acima transcrito tem-se uma noção da imagem associada à população moradora das favelas. Ela se consolida, e guardada as devidas proporções, mantém-se atual até hoje, passados mais de quarenta anos.

Apesar da escala diferenciada em relação aos outros processos de exclusão, a maneira como esta população é percebida pelo poder público ou pelas classes sociais dominantes se reafirma: são os marginais, os favelados, estigmatizados em relação ao lugar que ocupam na cidade, como relata LOPES (1997):

*“O centro da análise, da perspectiva do conceito novos movimentos sociais (Paoli et al 1984; Sader, 1988), foi reconhecer os favelados como sujeitos desta história coletiva, liderados por associações de moradores, que surgiram no decorrer da ASP – Movimento da Assembléia do Povo. Em todo o período de duração do movimento, os favelados foram desqualificados insistentemente em sua cidadania, pelos mais diferentes argumentos e setores sociais da cidade”.*

Na medida em que a demanda por moradia se amplia em relação à oferta, sem que haja uma resposta do poder municipal para estas questões, começa a se

organizar um outro movimento pró -moradia, a Assembléia Popular, depois Assembléia do Povo. Com sua origem vinculada aos movimentos por melhorias urbanas, com cerca de quarenta bairros participantes, a Assembléia do Povo passa a se configurar ao final da década de 70 e início de 80 como um movimento de maiores proporções, com manifestações mensais no Paço Municipal. Em sua pauta de reivindicações estava o acesso não só a moradia, mas transporte, saúde, infraestrutura.

A Assembléia do Povo significa um marco histórico em relação aos movimentos sociais na cidade e na luta pela moradia.

Com a intensificação das reivindicações, respostas contraditórias são apresentadas pelo poder público e que hoje podem ser verificadas no desenho da cidade, sua atual configuração e seu mapa de exclusão sócio-espacial. Nestas respostas encontramos inclusive decisões públicas bastante controversas e contraditórias, como as intervenções ocorridas no setor sudoeste da cidade, região que dentro dos diagnósticos produzidos pelo Plano Preliminar de Desenvolvimento Integrado de Campinas, o PPDI, de 1970, era descartado para esta região. Apesar de ser uma região ambientalmente frágil, com uma rede hídrica importante para o abastecimento da região e onde os processos urbanos anteriores já haviam comprometido a qualidade ambiental da área, a expansão da cidade se verifica exatamente nesta região, e a ausência de políticas includentes e a ampliação da demanda por moradia consolidam sua precariedade.

Apesar do Plano Diretor Municipal de 1971, que desaconselhava a ocupação da região para fins de expansão urbana, a COHAB implanta ali uma série de conjuntos habitacionais para baixa renda. Esta é hoje a região com grande número de ocupações irregulares e alta densidade populacional.

À partir de 1980, configura-se a formação da terceira periferia, iniciando-se em Campinas as ocupações organizadas de terras urbanas, sendo a primeira delas a Vila União, em agosto de 1988, na região oeste do município, próxima à Rodovia dos Bandeirantes.

Essas ocupações se caracterizam pela forma organizada, previamente determinada por seus ocupantes, em geral com número grande de participantes. Elas ocorrem em vazios urbanos públicos ou de áreas privadas, muitas delas loteamentos irregulares implantados nos períodos de constituição das periferias anteriormente descritos.

Neste período consolida-se as regiões sudeste e sudoeste da cidade como o lugar dos pobres. O maior número de ocupações ocorre nesta região, assim como os grandes empreendimentos habitacionais da COHAB com o maior empreendimento da Companhia de Habitação, nos DICs - Distritos Industriais de Campinas. São 12 conjuntos, com 6.000 unidades habitacionais, construídos em 1986. Sobrepostas na mesma região estão várias unidades resultantes de ocupações organizadas.

Entre 1995 e 1996 há um aumento significativo no número de ocupações na cidade, e em 1996 ocorre o que FERNANDES (2003) denomina de ocupações sugeridas, com o encadeamento de uma ação de ocupação, seguida de outra, de reintegração de posse. Em 1997 ocorre o maior número delas, quando a cidade era governada pelo prefeito Francisco Amaral. Neste ano o MTST, movimento presente nas lutas urbanas no município, anuncia a ocupação de grandes áreas.

Os loteamentos irregulares implantados mas não ocupados na década de 50, também serão ocupados neste período, determinando outra forma da ilegalidade urbana em Campinas, que é a ocupação organizada de loteamentos irregulares, constituindo uma sobreposição de ilegalidades.

A legislação urbana confirma esta lógica. A lei de Uso e Ocupação do Solo, promulgada em 1988, portanto dentro de uma realidade bastante crítica, ignora as formas urbanas irregulares, as favelas. Os índices urbanísticos por ela determinados dificultam não só a construção de novas unidades, mas também impossibilitam a regularização de edificações já existentes.

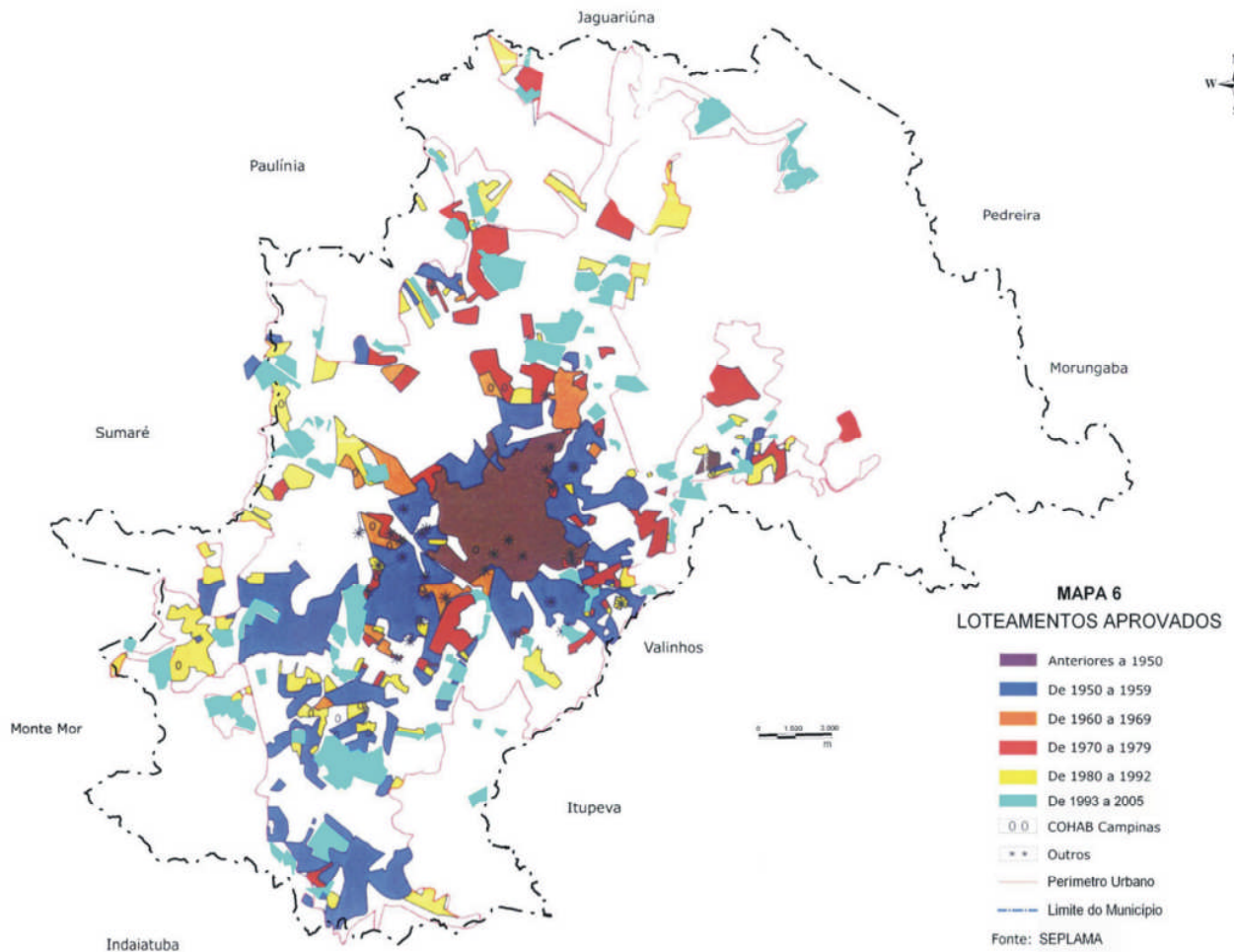
Historicamente, desde as o antigo Código de Construções de 1934 e nos Códigos de Obras de 1951 e posteriores, esta posição se verifica, sempre

desenhada a cidade e a não-cidade. As discussões para elaboração de Planos Diretores, muitas vezes se fazem de maneira exaustiva, com vários estudos e diagnósticos sendo produzidos, mas nunca implementados. Soluções aventadas são encaminhadas para votações, mas terminam frequentemente engavetadas, ou implantadas parcialmente, sempre distantes da realidade de produção do espaço social e urbano da cidade.

Enquanto isso, a imagem e a visão da população que mora em favelas ou ocupações não se distanciam muito da noção de marginalidade iniciada na década de 60. O trabalho elaborado por FERNANDES (2003), a partir das notícias publicadas em jornais retratam e divulgam as ocupações como anomalias urbanas, ocorrências que nos relatos entendem os processos de ocupação das periferias como dissociados da cidade infra-estruturada, esta sim reconhecida como cidade. Assim, frequentemente o noticiário referente às ocupações são reportagens que constam das páginas policiais, enquanto outros fatos urbanos estão publicados nas seções referentes à “cidade”.



# MAPA LOTEAMENTOS APROVADOS



Fonte: Seplama, 2006.

#### 4.1 Os números e os lugares em Campinas

Os mapas seguintes permitem uma análise da realidade em Campinas, e de que maneira esta localização dos pobres na cidade tem a ver com a sua condição, a sua inserção nos lugares de maior infra-estrutura, de maiores oportunidades e ofertas de qualidade de espaço.

Ressaltando-se aqui a baixa densidade de ocupação do município, configurando um processo de urbanização com grande extensão de área ocupada, mas com baixa densidade de ocupação. De acordo com FERNANDES (2003), a densidade média na cidade passou de 69 habitantes por hectare em 1968 para 62 habitantes por hectare em 1980 e chegando aos 55 habitantes por hectare em 2000. A densidade apresenta variação positiva somente nas regiões oeste, sudoeste e sul, onde estão as áreas mais precárias e ocupadas pela população de baixa renda.

A Secretaria de Habitação efetuou um levantamento das ocupações e favelas no município, inseridas em anexo, mas não há um levantamento de todos os dados que se aplicassem a todas as áreas. A estimativa é de que 15,30% da população de Campinas são habitantes de algumas das situações descritas: núcleos, favelas ou ocupações.

Os dados obtidos são ainda bastante distantes da realidade, já que o cadastramento elaborado pelos órgãos municipais não compreendeu todas as áreas, permitindo apenas uma aproximação com a realidade atual e revelando um desconhecimento sobre a cidade.

A definição das tipologias estabelecidas nas tabelas são critérios da Secretaria de Habitação, determinando que favelas são:

*“ocupações em áreas públicas, de forma irregular, sem liderança, ao acaso. Não possuem infra-estrutura”.*

E as ocupações:

*“são invasões geralmente em áreas particulares. São ocupações organizadas e planejadas. As áreas são estudadas, por pessoas e organizações especializadas. Os lotes são parcelados e organizados. Existem áreas para ruas e até para usos institucionais”.*

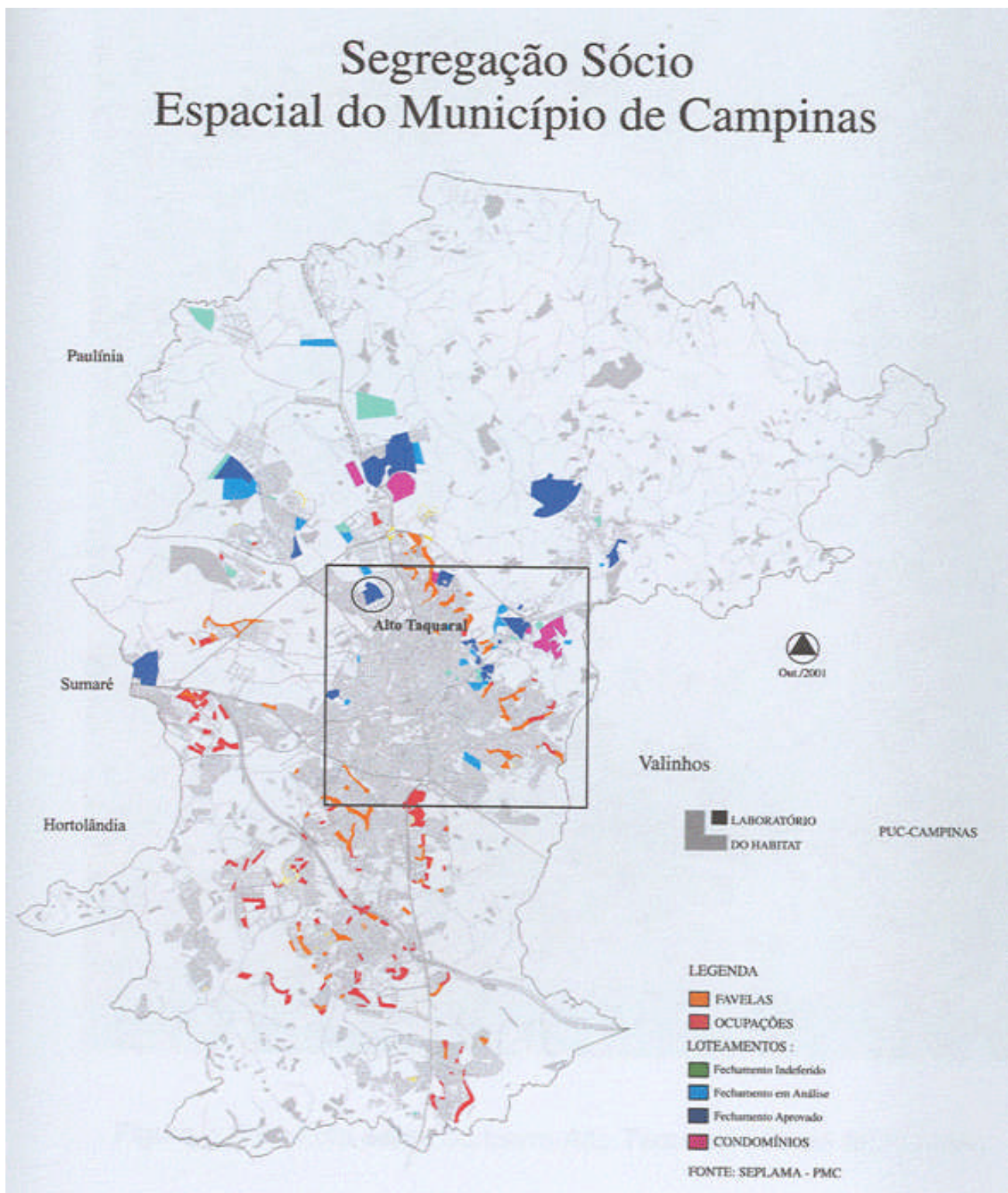
Já os núcleos são definidos como:

*“favelas ou ocupações que foram urbanizadas. Os moradores possuem a posse do lote o que permite que o poder público faça alguma melhoria no local.”*

Nos mapas seguintes podemos observar a distribuição espacial dos assentamentos. A presença de núcleos, favelas e ocupações se distribui por toda a extensão do município, mas não de maneira homogênea. Elas se concentram, em maiores quantidades e extensões, nas porções sudoeste e noroeste, e mostra a realidade da segregação sócio-espacial.

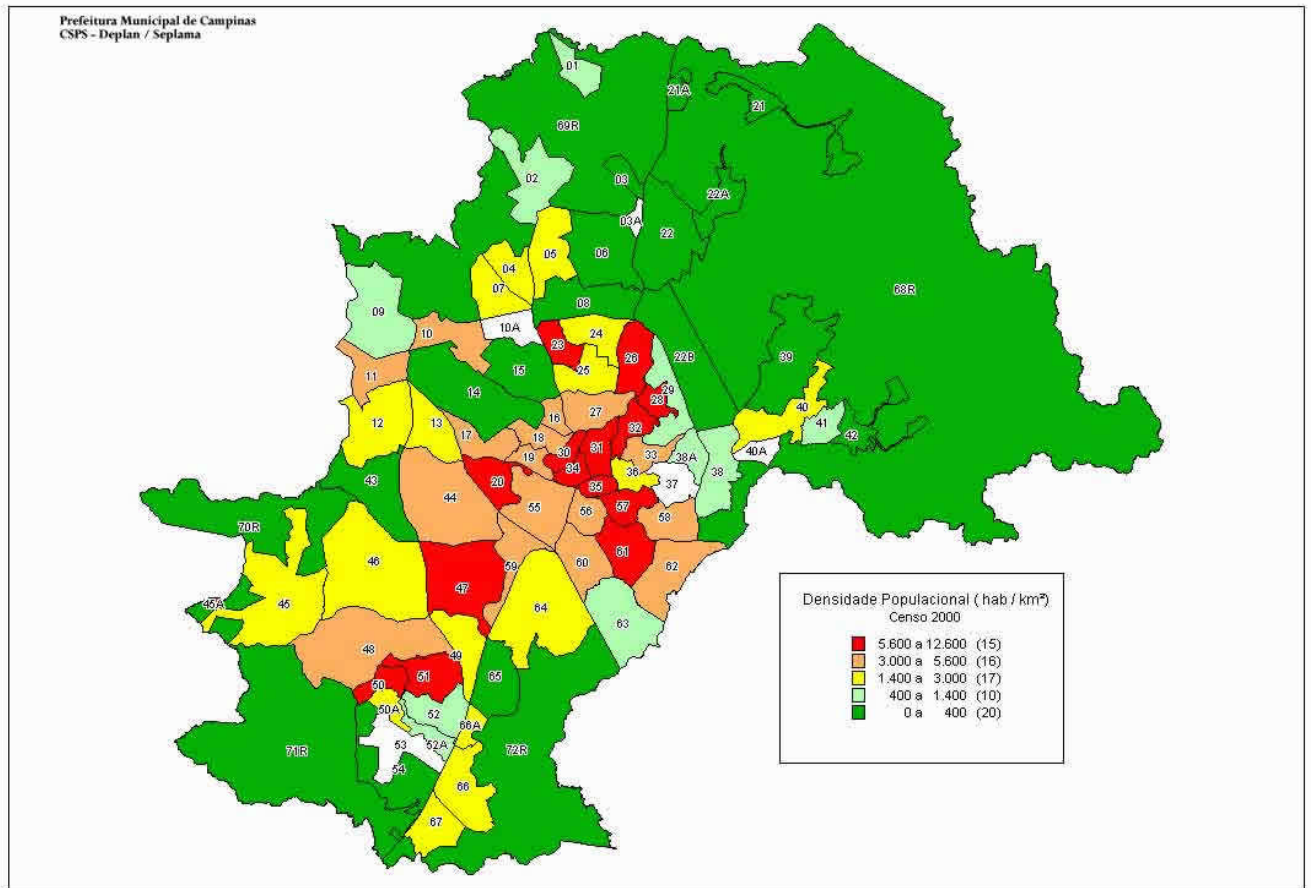
São nestas regiões que predominam as faixas salariais entre 3 a 5 salários mínimos, indicadas em mapas anexos, e com densidades média de ocupação variando entre 1.400 a 12.000 hab/ha. Nelas a presença de equipamentos públicos e infra-estrutura é mais precária, evidenciando a relação desigual de qualidade urbana do município.

## MAPA SEGREGAÇÃO SÓCIO ESPACIAL EM CAMPINAS



Fonte: Laboratório da Habitação – FAU - PUCAMP, 2001.

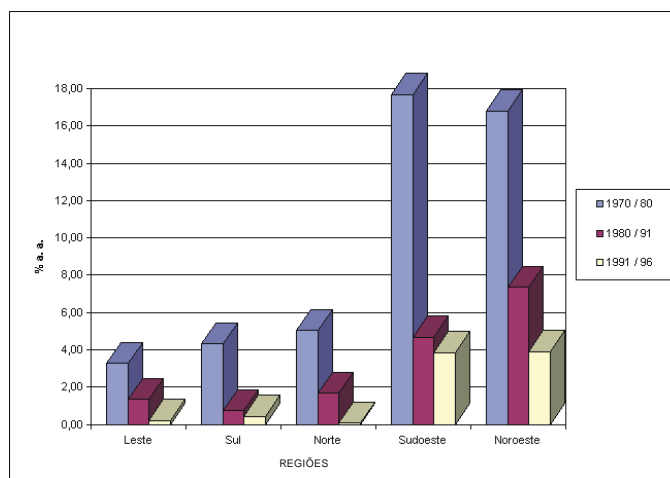
## MAPA DENSIDADE HABITACIONAL DE CAMPINAS



Fonte: PMC, segunda dados IBGE de 2000.

O gráfico abaixo indica o crescimento demográfico das cinco regiões de Campinas e suas acentuadas diferenças. Cabe aqui ressaltar que a denominação das unidades territoriais em regiões e reproduzidas na pesquisa é uma divisão utilizada pela Secretaria de Habitação do município, para fins administrativos desde 1994. Alguns planos de gestão assumem também esta divisão.

### GRÁFICO DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO POR REGIÃO URBANA



Fonte: PMC, 2006.

## MAPA DIVISÃO REGIONAL CAMPINAS



Fonte: Seplama.

A intensificação do processo de crescimento demográfico se deu de maneira oposta aos investimentos e implantação de grandes estruturas nos vetores norte e nordeste, configurando uma periferia distinta e específica no município, onde o anel periférico também se diferencia. Na porção norte configura-se uma nova periferia, não mais o lugar dos pobres urbanos, mas o lugar de novas formas urbanas, como condomínios fechados para alta, média e baixa renda, shoppings, universidades e indústrias.



## **PARTE II**

## 5. OS ESTUDOS DE CASO

A escolha das áreas para realização dos estudos de caso baseou-se nos seguintes critérios: a localização em relação à área central, o período em que foram ocupadas e a sua forma de organização, isto é, se houve ou não uma determinação anterior para que efetivamente fossem ocupadas.

Assim, foram escolhidas duas áreas e denominadas “ocupações espontâneas”, por não apresentarem nenhum processo de organização anterior à ocupação, apresentando um desenho aparentemente aleatório e próximas à área central. São elas a Vila Brandina e Jardim Itatiaia, classificadas pela Secretaria de Habitação como favelas, por ocuparem áreas públicas de loteamentos com mais de trinta anos de existência. Não contam com nenhum processo de regularização fundiária e somente a Vila Brandina recebeu, por parte do poder público, algum investimento em infra-estrutura.

As outras duas, Região do Campo Belo e Parque Oziel, Monte Cristo e Gleba B são ocupações organizadas de maneira pré-determinada na década de 90, que denominamos aqui “ocupações organizadas”. Estas são classificadas pela Prefeitura Municipal como ocupações. Ocupadas em áreas de loteamentos irregulares, contam com programas de melhorias urbanas, já existindo, por parte dos moradores, reivindicações objetivando a regularização das duas áreas e a implantação de melhorias de infra-estrutura.

Para a aplicação dos questionários o critério de seleção das famílias baseou-se no tempo de moradia na ocupação e na participação das famílias no processo de ocupação ou não. Sendo assim, para as ocupações espontâneas foram escolhidas 12 famílias, sendo quatro com maior tempo de residência, quatro participantes de movimentos sociais e outras quatro famílias sem vínculo com estes movimentos e com tempo de residência menor. Para as ocupações organizadas também foram escolhidas 12 famílias: quatro que participaram da organização da ocupação, quatro

vinculadas aos movimentos religiosos e quatro sem vínculos a nenhum movimento e que não participaram da ocupação. As entrevistas foram gravadas e depois foi solicitado aos moradores que desenhassem suas casas, no momento de aplicação dos questionários. Todos os moradores entrevistados responderam aos questionários, mas em relação aos desenhos muitos se recusaram, alegando não saber desenhar.

A realização da pesquisa partiu da hipótese de que há uma ordem espacial estabelecida nestas formas constituídas na periferia pobre e à margem da legislação e procura compreender quais seriam as referências espaciais mobilizadas nas ocupações.

Dentro desta ordem, perguntas foram lançadas para compreensão dos elementos que contribuem ou definem sua forma. As hipóteses secundárias investigam se estes elementos se relacionam: à estrutura familiar e aos ciclos de vida familiar; à configuração a partir da renda familiar e a sua relação com o sítio urbano. Outra questão é compreender quais são os atores que participam: os movimentos populares, as Igrejas ou outras organizações e o quanto a dimensão pública do espaço urbano foi determinante para estas formas de ocupação.

Na realização da pesquisa foram formulados dois tipos de questionários: para as ocupações espontâneas e para as organizadas e teve caráter qualitativo. Foram aplicados a doze famílias de cada uma das quatro ocupações.

Para as ocupações espontâneas o questionário procurou conhecer quais eram as primeiras famílias que ocuparam a área, os seus lugares de origem e as razões da escolha do lugar, bem como os outros lugares da cidade que gostariam de morar. Também foi perguntado qual é o arranjo familiar inicial e as suas modificações, como foi a escolha do lugar da casa na ocupação, quais foram as considerações para a o desenho da casa e se houve pagamento por ela.

Com as ocupações organizadas, repetiu-se as o mesmo questionário, acrescidas de outras, com referência à presença de organização civil ou assessoria

técnica na ocupação, como se estabeleceu previamente o desenho e como se deu a escolha do lugar da ocupação. Foi feita também uma pesquisa em relação ao preços dos imóveis praticados nas ocupações, espontâneas ou organizadas; e como foram resolvidas as questões em relação ao desenho da casa e sua implantação no lote.

# Mapa COREL

## 5.1 Região do Campo Belo

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO REGIÃO DO CAMPO BELO			
Ano de ocupação	Área/m <sup>2</sup>	População	Localização
dez 1996	4.078.156,51 m <sup>2</sup> **	15.650*	região sul
<b>Situação urbana</b>			
Ocupação organizada de loteamento irregular			
Relevo plano			
distante 16,32 km do centro de Campinas			

\*estimativa dos levantamentos elaborados para desapropriação

\* cálculo baseado em mapa fornecido pela COHAB



Fonte: L'Habitat – FAU/PUCCAMP, 2003.

A região do Campo Belo está situada à margem da rodovia Santos Dumont, que liga os municípios de Campinas e Indaiatuba. Na outra margem da rodovia localiza-se o aeroporto de Viracopos. Os acessos ao bairro são determinados pela própria rodovia Santos Dumont, a oeste, e outro acesso, mais distante, é feito pela antiga estrada Campinas - Indaiatuba. O relevo é homogêneo, a região é plana, não apresentando grande variação de cotas.

Conhecida como Campo Belo, a área apresenta uma grande subdivisão interna. Segundo critério dos moradores e que não coincide com os encontrados na classificação elaborada pela COHAB, essas áreas são: Cidade Singer, Núcleo São João, Jardim Palmeiras, Campo Belo I, Campo Belo II, Jardim Ipanema, Jardim Marisa I, D. Gilberto, Jardim Puccamp, Jardim Fernanda II, Jardim Campo Belo II, Jardim Marisa II, Vila Diva, Jardim Fernanda I, Jardim Itaguaçu, Santa Maria e Fepasa. São portanto dezessete áreas, muitas destas com uma liderança própria, disputas internas bastante acirradas, e uma situação legal também distinta.

Uma situação específica desta região é a legalidade fundiária. Alguns moradores, têm o título de proprietário, decorrentes da compra de lotes do empreendimento anteriormente implantado na região, e estão mais concentrados no Jardim Campo Belo I.

O estudo de caso nesta região não circunscreveu as entrevistas a nenhuma das subdivisões internas, só identificando, em pesquisa específica, o Núcleo São João. A opção foi por denominá-la Região do Campo Belo.

A região foi loteada na década de 50 e os lotes foram postos à venda, mas a ocupação efetiva foi bastante rarefeita, sendo que muitos proprietários não eram de Campinas. Muitos compraram os lotes por apresentarem, na época, bom preço e assim vislumbravam ser um bom investimento imobiliário.

Em dezembro de 1996, segundo relato do sr. Lucas e do Erivan, ambos da Associação de Moradores do Campo Belo II, foi o início da ocupação organizada, com coordenação do MST.

No período de sua preparação, os interessados foram informados por meio de divulgação em rádios e panfletos na região, com bastante repercussão em Indaiatuba, segundo informação dos moradores entrevistados e que participaram ocupação, mas nada se pode confirmar por documentação. Ela reflete uma relação com a lógica de ocupação do mercado formal, quase como se fosse o “lançamento” de um novo empreendimento.

Muitas pessoas que participaram desta ocupação vieram de cidades da região, como Itu, Monte Mor, Indaiatuba e Hortolândia, e algumas disseram que vieram para a região por ser mais barato e pela proximidade com o centro de Campinas. Para o sr. Mauro, que veio de Indaiatuba, morar no Campo Belo é bom porque: *“em 20 minutos eu estou no centro. Eu fiz um negócio com a casa que eu tinha em Itu, e troquei por esta, paguei \$15.000,00, mas depois reboquei.”*

Segundo relato do sr. Carmo, proprietário de farmácia no bairro, a história da Região pode ser subdividida em quatro períodos. O primeiro, em que ocorre a organização prévia e a ocupação efetiva, com participação do MST. Depois, um segundo momento, quando se iniciou a formação dos Núcleos e Associações de moradores; no terceiro houve a cisão das Associações e começaram as disputas internas. Por último, há mais ou menos quatro anos, o período marcado pela violência. Por causa desta ele se mudou, mas manteve ali o comércio, pelo qual paga aluguel de \$200,00 reais mensais.

Houve também a participação das Igrejas. Foi através de um pastor da Igreja Assembléia de Deus, que o sr. Reginaldo Silva Souza, da Bahia, veio para Campinas. Para ele e outras pessoas na mesma situação foi o pastor quem determinou a lote de cada família, com valor pago de \$800,00 reais na época. Construiu uma casa, mas como era pequena mudou-se depois para outra, pela qual pagou \$2.500,00 reais. Neste, com 10m X 25 m construiu uma casa isolada no lote, em seus quatro lados. Perguntado sobre o motivo do desenho ele respondeu: *“.. eu gosto de cachorro, e quero que ele fique passando por aqui...”*.

Quando a pesquisa estava sendo feita, em 2005, a situação na Região do



Campo Belo estava bastante tensa em função do processo de desapropriação de parte da área para a ampliação do Aeroporto de Viracopos. Os moradores foram cadastrados pela Infraero, e o clima de tensão era grande entre os moradores. Cerca de um ano depois, foi anunciado pelo Governo Federal um novo estudo para a expansão do Aeroporto, para que não houvesse a necessidade de remoção da população. Depois desta declaração voltamos ao bairro, e o que se pode verificar foi a retomada da construção de várias casas que estavam paralisadas. Mesmo em conversa com os moradores, como o sr. Ademar, a constatação foi segundo ele: “*...Ah! O pessoal voltou a construir*”

No desenho da ocupação existem sobreposições. Como a área já era um loteamento, parte da ocupação foi feita sobre o anterior. Mas outras regiões foram parceladas novamente, segundo critérios definidos previamente pela organização do movimento de ocupação. Com este “novo” parcelamento ocorreu redesenho, com novas dimensões de lotes, ruas e quadras.

Por decisão tomada pelos organizadores, as ruas tinham 8 metros de largura e os lotes, com medida padrão de 10 m x 25 m, segundo sr. Lucas: “*as ruas, as quadras e os lotes foram marcados por passo, sendo deixados 8 metros de rua para passar a energia quando vier, e os lotes têm 10 passos de frente, pra todo mundo*”.

O sr. Lucas, sempre morou em Campinas e tinha o sonho de fundar uma ONG. Como a irmã já morava na área e sabendo da organização para ocupar, segundo relato próprio, “*uma área vazia*”, ele mudou-se para lá.

A Associação dos Moradores, hoje por ele presidida, foi registrada em Cartório em 2001, possibilitando uma forma de reconhecimento legal que tornou possível a emissão de documento importante para a população, que é o Atestado de Residência. Segundo Erivan, outro morador da área, com este certificado os moradores têm um reconhecimento maior para conseguir um emprego: “*Com ele a gente comprova endereço*”.

Os preços dos lotes apresentam uma variação em relação à sua localização.

É o caso do sr. Paraíba, que veio de Campina Grande há 27 anos e morava no mesmo lugar em que trabalhava. Em 1997 comprou dois lotes no Campo Belo I, por \$ 5.000,00 reais cada e construiu sua casa em ambos. Têm escritura e cada um deles tem 300m<sup>2</sup>. Ficam próximos à Rodovia. A casa tem, segundo ele : *“sete cômodos, e em 97 eu gastei \$45.000,00 nela, eu deixei este espaço dos lados porque a gente precisa ter, né?”*.

Hoje os valores se alteraram. Os mais próximos à rodovia Miguel Melhado Campos, ligação entre a rodovia Santos Dumont e o município de Vinhedo, que corta todo o bairro, são mais caros. Ali se concentram os estabelecimentos comerciais e de serviços avaliados em \$12.000,00 reais, definidos por seu *“valor comercial”*. Os lotes que não estão próximos à rodovia têm uma variação de \$8.000,00 a \$10.000,00 reais. Quando já contam com edificação este valor passa a variar entre \$15.000,00 a \$20.000,00.

Outro caso é o do sr. Ademir Soares, que veio de Hortolândia, trocando um carro, no valor de \$2.000,00 por lote no Jardim Campo Belo II. A compra foi comprovada: *“ eu tenho um documento. Ele cobrou \$200,00 reais, 10% do lote para escrever”*. A definição da implantação da casa, construída no fundo, respeitou a seguinte condição: *“ na frente fica o espaço para a casa boa. Se legalizar a gente constrói”*. Ele também contribui para o sistema de vigilância presente no bairro, que cobra \$10,00 mensais de cada morador, para que tenha sua casa identificada por placas e com isso, vigilância noturna.

O sr. Generaldo Gomes da Silva também veio de Hortolândia. Mudou-se em 2001 para o Campo Belo, quando se separou da esposa. Procurando por um lugar para morar, soube que na região preços os eram menores. Comprou, de um pastor, o lote com casa já construída, por \$3.000, 00 reais.

A definição do desenho da casa , assim como da solução encontrada quando há expansão familiar, é diversa. Uma situação é a do sr. Nadir Barbosa, distante duas quadras do sr. Paraíba, em um lote ocupado, onde construiu dois barracos de madeira, morando com a esposa, a enteada e 10 crianças. Eles não têm água,

energia elétrica e nenhum banheiro. Ao construir a casa, não deixou nenhum recuo lateral: “ *para aproveitar a parede do vizinho, não tinha material, entendeu? Mas primeiramente foi importante o piso da cozinha* ”. O sr. Nadir mora há 22 anos na região, entre idas e vindas, mas neste lote está há 11 anos. Quando se casou foi morar no local porque a enteada já estava ali há 23 anos. Ela mora na frente com os 5 filhos, e ele construiu nos fundos para ele, a mulher e 3 netos. Já o seu vizinho, sr. Mauro, mora ali por ser mais barato: “ *... aqui não tem que pagar nada... não paga água, não paga luz...*”. Ele é aposentado, mora com a esposa e um filho em uma casa de alvenaria, com dois quartos, sala, cozinha, banheiro. Mas pretende construir um outro pavimento: “ *...vou construir em cima pra ter mais sossego...*”. Tem um carro popular novo na garagem.

Uma situação específica dentro desta região é a existência do Núcleo São João, às margens do córrego Campo Belo e com infra-estrutura. É uma região ocupada há mais de 40 anos, situada na área pública de loteamento de uma fazenda da região, implantado na década de 60.

O sr. Manoel Rodrigues mora há 28 anos, é presidente da Associação de Núcleos Residenciais. Anteriormente residia em Governador Valadares, vindo para Campinas em trabalho missionário, sem conhecer ninguém na cidade. Trouxe a família, esposa e 6 filhos. Quando chegou, já havia cerca de 100 famílias ocupando o Núcleo. Sua explicação para a existência e ocupação da área:

*“ ...cada fazenda que eles lotearam, fica sempre uma terra, é a sobra de terra. No mapa, eu não sei se eles quiseram deixar isto como era no passado. Porque quando o migrante vinha de fora, tinha sempre um espaço para aquele migrante morar. Deixavam aquele sobra para o migrante, aquele que vinha de Pernambuco, de Alagoas, do Espírito Santo, de Minas Gerais. Era deixada esta área para habitação, que eles chamavam antigamente área verde ou depois era denominada praça. Então destinada a este tipo de pessoa. “*

Este relato permite avaliar o quanto é legítimo a necessidade de morar, e assim justificam a existência de praças como espaços já destinados a este fim. Se não há lugar, o lugar é a praça.

Em relação ao desenho do Núcleo São João, e respondendo à pergunta de como se fez a divisão da área entre as famílias, ao longo do tempo:

*“ quando fundei (a Associação) já contamos com a idéia de construir . Desenhamos , estudamos com o povo, estudamos com o antigo trabalho chamado Assembléia do Povo, comecei ali com o saudoso Toninho. Com ele ali e outras pessoas, começamos o trabalho de urbanização específica. A divisão da terra, por exemplo. No meio ai tem o projeto de uma praça, a Dra. Tércia fez este projeto.”*

No entendimento do sr. Manoel, o que comprometeu a continuidade dos investimentos municipais no Núcleo foi a retomada do projeto de expansão de Viracopos. A elaboração do cadastramento da Infraero, com a presença dos funcionários responsáveis pelo trabalho fez com que houvesse uma mobilização das famílias para que o cadastramento e o levantamento topográfico na área não fossem feitos, inclusive não permitindo a entrada dos topógrafos. A justificativa do sr. Manoel é a de que o tempo passado entre o projeto original de expansão do Aeroporto, década de 70, e a realidade da região, hoje, não permitem mais o mesmo projeto, e aqui ele está se referindo não só ao Núcleo São João, mas às outras áreas que fazem parte da Região do Campo Belo

Os levantamentos municipais referentes a esta área estão incompletos, não havendo um número oficial. As estimativas são das associações presentes na região, e registram um número de 15.560 moradores. No Núcleo São João, segundo os dados cadastrados pela Associação de Moradores, moram 600 famílias.

Não há subdivisão em lotes, e as casas, segundo o sr. Manoel, foram construídas com tamanho determinado pela necessidade de cada família. A divisa do

Núcleo São João e Jardim Campo Belo é o córrego. Não há também comercialização de áreas para se construir, só de casas:

*“ ...não, não ,não, proibimos a vida inteira. Nós fornecemos aqui a orientação para alguém de que o não pode vender o terreno. Se caso o cidadão vai embora, não pode vender a terra, só o imóvel. O imóvel ele construiu, ele tem as notas fiscais. Nós temos, se caso, ele vai embora para nunca mais voltar, faz uma transferência que ele está vendendo o direito. O preço é de acordo com o aperto dele.”*

Segundo o sr. Manoel, quando os filhos casaram, três deles construíram suas casas ao lado, uma filha casada ainda mora com os pais e os outros se mudaram para regiões próximas, mas fora do Núcleo.

Em relação à infra-estrutura, a reivindicação primeira dos moradores foi a instalação de rede de telefonia, depois iluminação e a rede de água.

Outra moradora, a sra. Maximina Abreu Soares, no Núcleo há 35 anos, também relatou sua história. Veio para Campinas, de Mogi Guaçu, para trabalhar na Fazenda Estiva, próxima ao Aeroporto de Viracopos. Deixou de trabalhar na fazenda porque não queria mais aquela condição de trabalho: *“...não queria mais trabalhar como escrava...”*. Chegou com a família. Era ela, o marido e 7 filhos. Não havia ninguém, foram os primeiros moradores. No seu caso, também, quando os filhos se casaram, alguns construíram na mesma área, ampliando a casa inicial e outros se mudaram.

Quando perguntados sobre em qual outro lugar gostariam de morar, em maior número de respostas, afirmam que não se mudariam por nada, que ali é o melhor lugar para se viver, que é um lugar tranquilo e que quando saem para “*passar*”, vão para “*Campinas*”. Já nas outras áreas do Campo Belo, estas respostas são mais diversificadas. Muitos gostariam de poder comprar uma área legalizada, e nesta situação Hortolândia foi a cidade mais citada, por oferecer lotes mais baratos da

região.

Quando as perguntas foram feitas em relação aos espaços públicos, os mais valorizados são o da escola, e o posto de saúde. É significativo, pelo desenho e também pela quantidade, as praças que os próprios moradores implantaram na área. Plantam flores e verduras, e estão distribuídas por toda a região que aqui denominamos Região do Campo Belo.

Mas, em relação à percepção, algumas respostas são significativas, como a observação feita pelo sr. Lucas que disse ser preciso mobilizar a atenção da Prefeitura para a Região do Campo Belo, porque: *“...o Oziel é rico, tem muita coisa lá já, a Prefeitura faz muito...aqui nós não temos.”* A riqueza identificada no Parque Oziel é a “atenção” dispensada pelo poder público, e que se traduz nos equipamentos públicos implantados: escolas, creches e postos de saúde.

Outra observação em relação à percepção em relação aos espaços públicos, é a resposta do sr. Generaldo ao ser perguntado sobre qual é o espaço que mais freqüenta no bairro, ele respondeu: *“...lá não tem nada, ou é casa ou é nada...”*. A ausência é a maior presença, e se mostra nos equipamentos de saúde e educação. Na região estão implantados três postos de saúde, mas quando a pesquisa foi realizada, dois não estavam funcionando. Conta ainda as seguintes instituições educacionais: três EMEI - Escola Municipal de Educação Infantil e uma CEMEI - Centro Municipal de Educação Infantil. A números referentes ao Parque Oziel, considerada rica pelos moradores são: quatro postos de saúde, duas EMEI, dois CEMEI e três EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental.

### 5.1.1 Anexos



Identificação de casa com vigilância noturna



Garagem da casa sr. Mauro



Outra "empresa" de segurança noturna



Igreja construída no Jardim Campo Belo



**Praças implantadas pelos moradores**



**Vista geral**



**Vista da rodovia Miguel Melhado Campos**



**Núcleo São João**





Padrão de densidade de ocupação



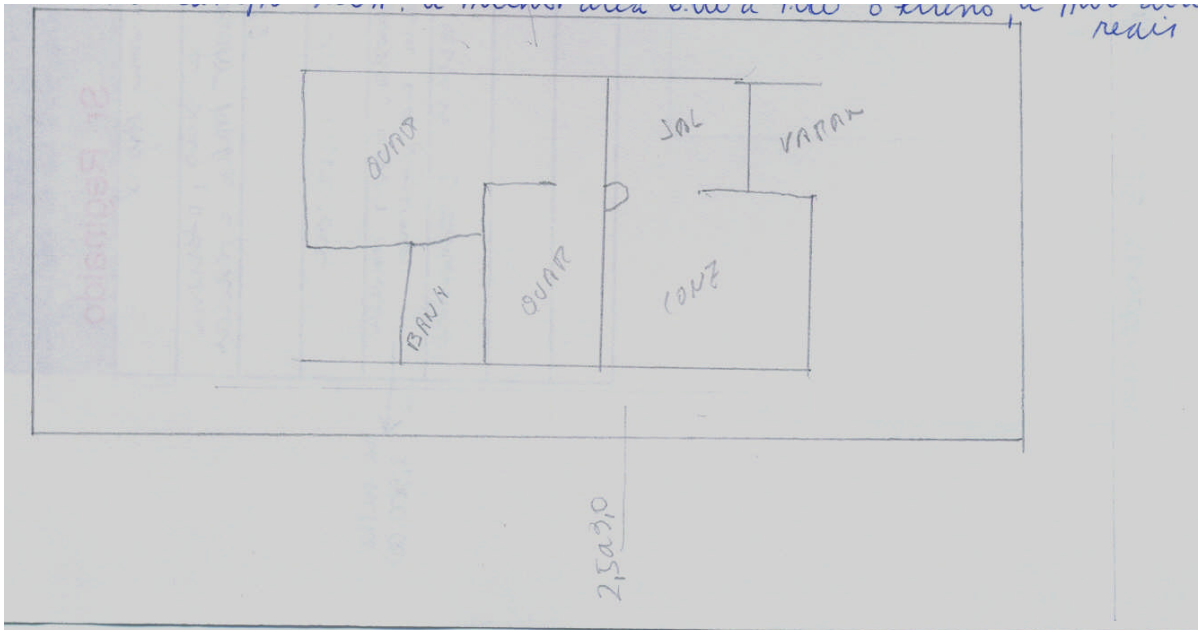
Rua desenhada pela ocupação



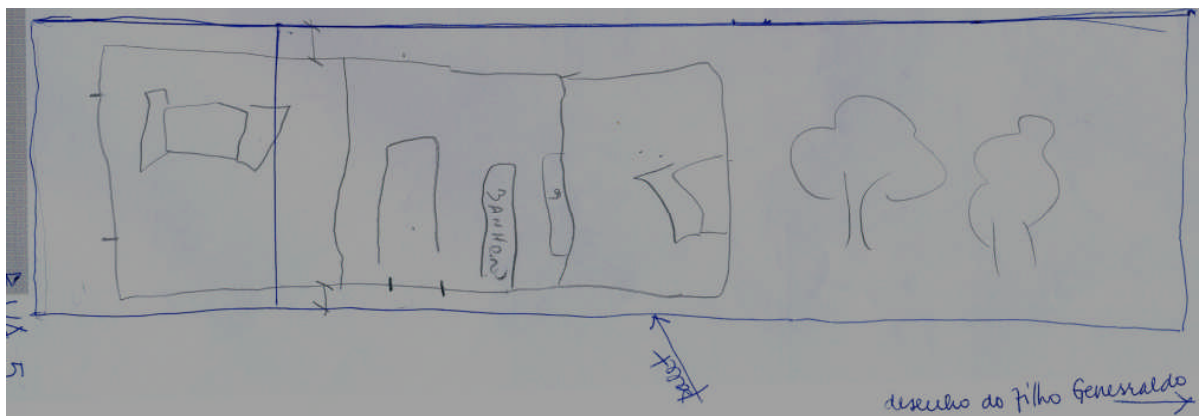
Rua próxima à rodovia



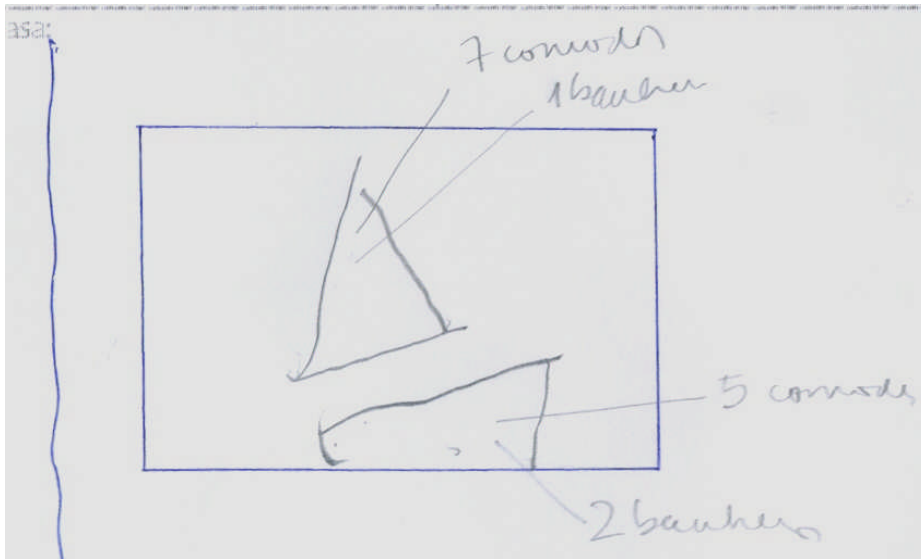
Vista da rodovia Miguel Melhado Campos, o centro da região



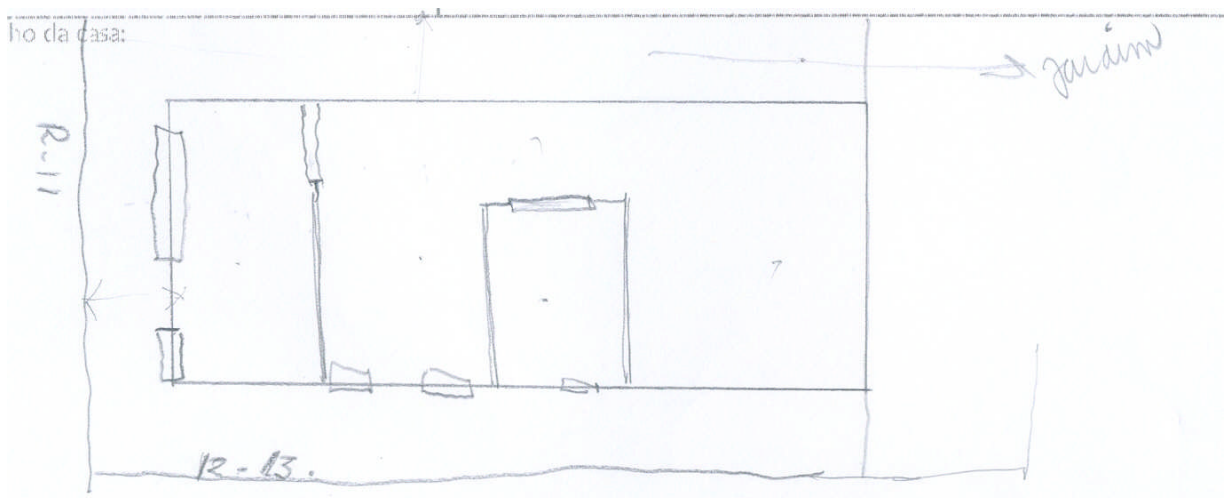
Desenho da casa do Sr. Reginaldo. A sua casa está isolada no lote para o cachorro andar em volta da casa, quando ele tiver um cachorro!



Desenho da casa do Sr. Generaldo, feito pelo filho. Segundo ele lá “...Ou é casa ou é nada...!”



Desenho do Sr. Paraíba, morador há 27 anos na área.



Desenho de Erivan. O recuo lateral foi deixado para "... plantar um jardim...."



**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES CAMPO BELO II**  
**ESPERANÇA - CAMPINAS - SP**

**DADOS PESSOAIS:** CADASTRO Nº \_\_\_\_\_

Nome do (a) responsável: Glaxama de Sílvia Santos

Natural: Barna do Rio Estado: Bahia Data/nascimento: 01/10/44

R.G. (identidade): 3.069.1533-3 CIC: 277061038-08

Título de Eleitor nº 287518070188 Zona: 357 Seção: 0111

Estado civil: Solteira Profissão: Doméstica

Telefone: (19) 3731-0198

**QUADRO FAMILIAR**

Nome	Parentesco	Idade	Escolaridade	Treinamento
<u>Glaxama S. Santos</u>	<u>Esposa</u>	<u>25 anos</u>	<u>4ª série</u>	<u>Sim</u>
<u>Davina S. Santos</u>	<u>Filha</u>	<u>06 anos</u>	<u>1ª série</u>	<u>Não</u>
<u>Daniel S. Santos</u>	<u>Filho</u>	<u>07 anos</u>	<u>Não</u>	<u>Não</u>
<u>Adriano S. Santos</u>	<u>Filho</u>	<u>29 anos</u>	<u>14ª série</u>	<u>Sim</u>

**DADOS RESIDENCIAIS**

Origem: Urbana

Casa própria (  ) Alugada (  )

Endereço atual:

Rua: Guaraná Mendonça nº 525 CEP: \_\_\_\_\_

Bairro: Campo Belo II Cidade: Campinas Estado: São Paulo

Tipo de residência: Alvenaria (  ) Madeira (  )

Tempo em que mora neste bairro: 05 anos

Glaxama de S. Santos  
Assinatura

Marcia Edilvans  
Presidente

Declaração fornecida pela Associação de Moradores para certificação de residência da população do Jardim Campo Belo II





**ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES CAMPO BELO II**  
ESPERANÇA - CAMPINAS - SP

Campinas, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

### Atestado de Residência

Declaro para fins de comprovação de endereço que:

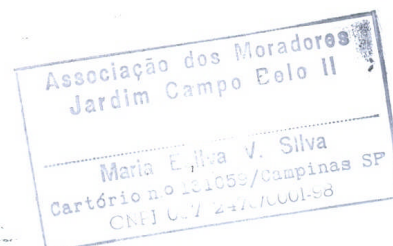
Nome: \_\_\_\_\_, portador do

RG: \_\_\_\_\_, reside na

rua \_\_\_\_\_, nr. \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_, Campinas - SP

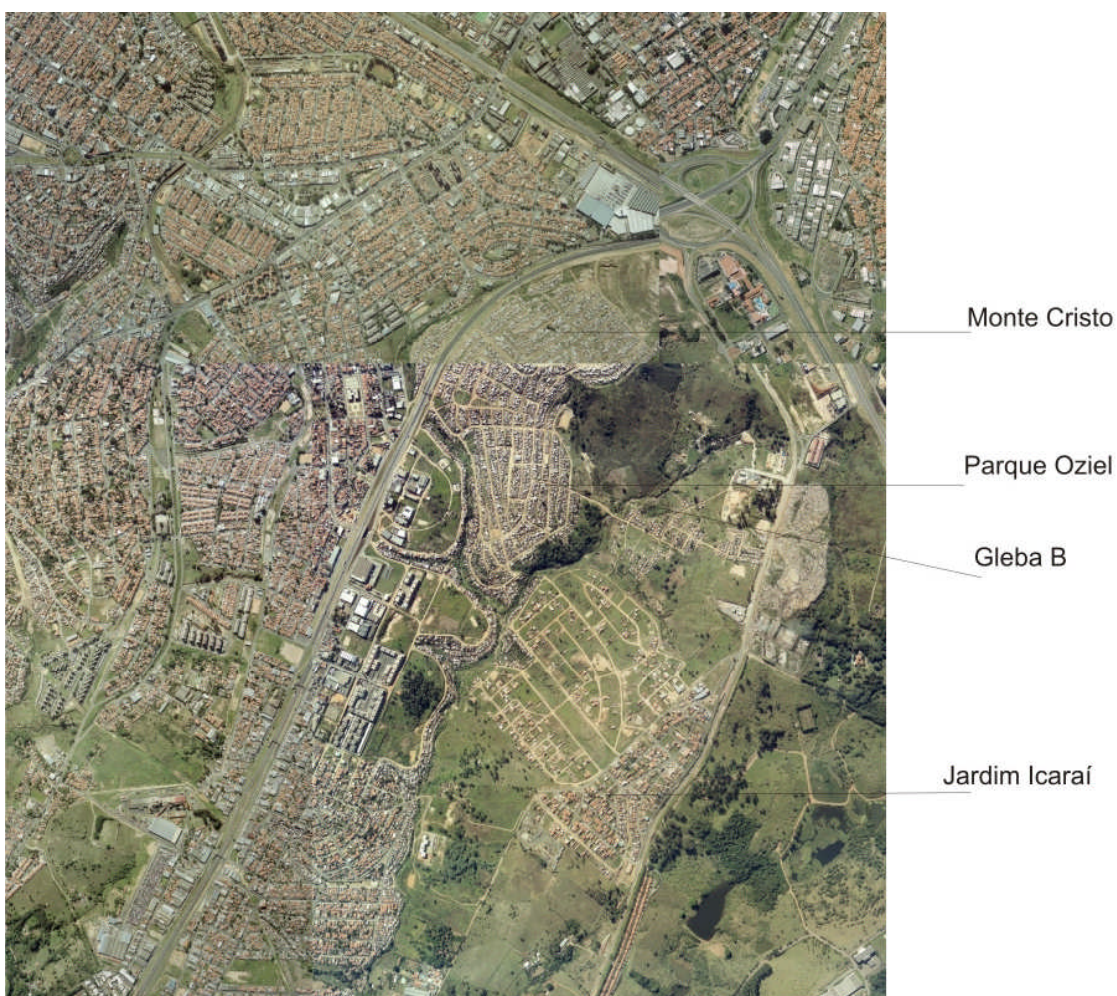
Rua 23, Nr. 01 Campo Belo II - Campinas - SP



Declaração de residência, emitida pela associação de moradores do Jardim Campo Belo II, com carimbo e comprovação de CNPJ da entidade.

## 5.2 Parque Oziel e Monte Cristo

<b>FICHA DE CARACTERIZAÇÃO PARQUE OZIEL, MONTE CRISTO</b>			
<b>Ano de ocupação</b>	<b>Área/ m<sup>2</sup></b>	<b>População</b>	<b>Localização</b>
1997	1.600.399,80 m <sup>2</sup>	s/d	região sul
<b>Situação urbana</b>			
Ocupação organizada de loteamento irregular			
relevo acidentado, vale do córrego Taubaté			
distante 4,5 km do centro de Campinas			



Fonte: L'Habitat – FAU/PUCCAMP, 2003.

A história de ocupação das áreas hoje denominadas Parque Oziel, Monte Cristo e Gleba B iniciou-se na década de 50, com o loteamento da fazenda Taubaté,

que foi em parte desapropriada para a execução das obras das Rodovias Anhanguera e Santos Dumont.

Com a valorização da região pela implantação das rodovias, a gleba foi dividida em quatro áreas, que irão resultar nos três loteamentos Jardim do Lago 1ª parte, Jardim do Lago continuação, Jardim do Lago II e a última, Gleba B, permanecendo como área rural do município.

A aprovação do loteamento Jardim do Lago 1ª parte ocorreu em 1957, aprovado em lotes médios de 300 m<sup>2</sup>, com destinação de áreas para uso industrial lindeiras às rodovias, assim com áreas comerciais e de serviços próximas à estrada das Amoreiras. Esta área, ao final dos anos 70, estava com a maior parte de seus lotes ocupados.

Em 1960 foram aprovados o Jardim do Lago Continuação e o Jardim do Lago II. Estão separadas do Jardim do Lago 1ª parte pelo córrego Taubaté, que corta a região. Foram aprovadas com tamanhos de lotes diferentes do Jardim do Lago 1ª parte. No Jardim do Lago Continuação o tamanho médio dos lotes residenciais era de 360 m<sup>2</sup>, com destinação dos maiores para usos industriais lindeiros à Rodovia Santos Dumont. No Jardim do Lago II o tamanho médio definido no parcelamento foi de 250 m<sup>2</sup> em média, mas com destinação de uso exclusivamente residencial, diferentemente das outras duas áreas acima descritas. Em função da precariedade da infra-estrutura instalada, o Jardim do Lago II teve sua ocupação bastante rarefeita, com 70% dos lotes não ocupados. A área do Jardim do Lago Continuação ficou até 1994 sem ocupação efetiva, quando foram abertas ruas. Foi uma tentativa para que houvesse maior interesse pela área, mas como não houve a instalação de infra-estrutura, a venda dos lotes deixou de ocorrer.

Com uma situação geográfica distinta, pela presença da nascente do córrego Taubaté, a Gleba B permaneceu com destinação de uso do solo rural. Apresentando relevo acentuado, a região com maior facilidade de acesso se localiza ao longo da faixa lindeira à Estrada Velha de Indaiatuba. Nesta já havia presença de ocupação irregular por parte das indústrias ali instaladas e depois foi ocupada por moradias.



A região compreendida pelo Jardim do Lago Continuação e Gleba B somavam uma área de aproximadamente 200 ha., configurando o maior vazio urbano de Campinas.

O início da ocupação foi no dia 6 de fevereiro de 1997, durante o governo do prefeito Chico Amaral, por um grupo de sem-tetos. Seu nome - Parque Oziel - foi uma homenagem a um dos sem-terra assassinado no massacre de Eldorado dos Carajás, em abril de 1996.

Após dois meses de ocupação outras 300 famílias se juntaram ao movimento e, ao lado do Parque Oziel, formaram, também, o Jardim Monte Cristo. Depois de várias tentativas de reintegração de posse e com movimentos de resistência da população, a prefeitura municipal declarou a área como de utilidade pública.<sup>11</sup>

Na época chegou a se falar em 30 mil famílias ocupando o local, mas a verdade é que este número nunca foi comprovado. Fazem parte hoje os bairros conhecidos como Parque Oziel, Jardim Monte Cristo, Jardim do Lago 2 e Gleba B, ocupando uma área de 1.600.399,80 m<sup>2</sup>.

Sob a forma de ocupação organizada, o desenho da ocupação se aproxima, fisicamente, de áreas já ocupadas nos Jardim do Lago Continuação e Jardim do Lago II. São favelas antigas, ao longo dos córregos, que ocupavam áreas destinadas para uso público de lazer e recreação, quando da aprovação dos loteamentos, isso nas décadas de 60 e 70.

Com relação ao número de pessoas na região, segundo levantamentos realizados pela COHAB e Secretaria de Habitação em 1999<sup>12</sup>, registram-se na área 11.280 moradores, sendo que 65% residem em Campinas há mais de 10 anos.

Os relatos dos que participaram da ocupação informam algumas das estratégias adotadas na organização. Segundo Marcelo, que mora no Jardim Monte Cristo, as lideranças do MTST e da Igreja Católica determinavam que as famílias

---

<sup>11</sup> Por decreto municipal nº. 13584 e nº 14918.

<sup>12</sup> Matéria publicada pelo jornal Correio Popular, em 14 de novembro de 1999.

procurassem as regiões mais distantes da Rodovia Santos Dumont, porque o acesso, em função do relevo da área, era mais difícil e portanto alguma tentativa de remoção estaria assim dificultada.

Como já havia o arruamento principal determinados no loteamento da Fazenda Taubaté, muitas ruas e quadras foram mantidas. As quadras foram numeradas e os lotes demarcados, segundo Marcelo:

*“no padrão COHAB, com 125m<sup>2</sup>, mas existe variação. Já as ruas ela, a Neide, tinha o pessoal que acompanhava ela, os advogados, o pessoal dos movimentos sociais, e aí eles falavam pra deixar 8 metros, 10 metros de rua. Isso porque, quando legalizar, vai ter que ter rua”.*

Ainda segundo ele: *“... a Igreja Católica teve seu terreno destinado desde o início”.* Marcelo mudou-se para o Jardim Monte Cristo, com o irmão, seis meses após a ocupação. Ambos moravam em Goiás e vieram para Campinas para trabalhar. Participa atualmente dos trabalhos comunitários desenvolvidos pela Igreja Católica. Moraram 3 meses no Parque Universitário, com uma tia, e depois compraram o lote no Jardim Monte Cristo. Na escolha do lote a questão foi:

*“... as pessoas no início quando começou a ocupar não só o Parque Oziel, mas o Jardim Monte Cristo, com aquele medo, aquela coisa da polícia tá vindo desocupar, o que eles fizeram: buscaram áreas mais afastadas da pista, entendeu. Aí, quando a ocupação, ela já vai se consolidando, as pessoas já vão começando a criar coragem e já foi começando a aproximar mais da pista. E como eu cheguei aqui em setembro, a área já estava sendo ocupada desde o mês de março, então já foi ocorrendo, as casa foram descendo um pouco mais. E nesta parte aqui, a parte da quadra 70, a parte da quadra 79, a*

*quadra 77, a quadra 78, a quadra 68, e a 65 foram sendo ocupadas por último. Então foi aí que eu entrei aqui, na quadra 70.”*

O Jardim Monte Cristo é a área mais valorizada da ocupação, e fica mais próxima do entroncamento das duas rodovias: Anhanguera e Santos Dumont. De acordo com Marcelo:

*“...inclusive tem até uma curiosidade. Porque que no Parque Oziel e no Jardim Monte Cristo, o Jardim Monte Cristo teve consolidação maior do que o Parque Oziel , assim em questão de casa melhor. O Parque Oziel, ainda hoje, em alguns lugares e na Gleba B, se você andar por lá você sente a diferença visual. Lá no Parque Oziel e na Gleba B ainda existem alguns barracos de madeira. Porque aquelas pessoas que chegaram lá início, eles tinham medo de serem tirados de lá pela polícia, e ficaram com medo de construírem aquelas construções melhores. E o pessoal aqui do Jardim Monte Cristo, na época da Neide, ela teve um pouco mais de audácia, ela falava pro pessoal: aí gente, vamos construir casa de alvenaria, vamos construir com tijolo, não vamos fazer barraco não, porque a gente vai ficar aqui. Então as pessoas ficaram mais encorajadas a construir casas de alvenaria”.*

Outro fator importante na diferença de padrão é o acesso e o relevo, na região do Jardim Monte Cristo, é um pouco menos acentuado.

Havia também um controle em relação aos novos moradores. Os interessados em se mudar eram cadastrados pelas lideranças do movimento, depois que a área já estava consolidada.

O sr. Claudionor morava em uma obra em Campinas antes de se mudar para o Jardim Monte Cristo, com o irmão. Ele relata que pagou \$250,00 reais e o irmão o

mesmo valor, para não ter que ficar na fila de espera, já que eram muitos os interessados em se mudar. Veio com o irmão e depois o restante da família.

Este preço começou a ser cobrado, segundo os moradores, somente depois que a ocupação da consolidação da área. Marcelo pagou \$200,00 reais, mas explica:

*“...aqueles pioneiros que vieram com ela, a Neide, aqueles não pagaram nada. Depois que tinha uma certa infraestrutura, como rua, a Sanasa trazendo caminhão pipa, aí ela cobrava de algumas pessoas.”*

Outra moradora, Cristina, é professora primária e mudou-se para a área já depois de um ano do início da ocupação. Morava com o irmão no Jardim Ouro Verde, mas por motivos financeiros mudou-se. Compraram um lote com uma pequena casa, somente uma sala e uma cozinha e pagaram \$1500,00 reais. Depois construíram um banheiro, dois quartos e área de serviço, porque o irmão se casou.

A localização em relação aos acessos e o relevo determinam um valor na região. No Jardim Monte Cristo, os preços para os lotes variam em média entre \$10.000,00 e \$15.000,00 reais. Se já for edificado, passa a ser entre \$20.000,00, para casas, e \$30.000,00 em se tratando de ponto comercial.

Já no Parque Oziel os lotes são comercializados com preços entre \$ 2000,00 e \$ 3.000,00 reais. Se houver edificação e dependendo da localização, os valores se alteram, passando a ser entre \$6.000,00 a \$ 7.000,00 reais. Esta pesquisa não foi feita de maneira quantitativa, portanto representa uma ordem de valor.

A influência do relevo é significativa na determinação preços, e pode ser descrita no depoimento do sr. Claudionor: *“...eu gastei \$35.000,00 na minha casa, mas por causa da rua ser isolada, a casa não vale o que eu gastei.”* Sua casa não permite mais ampliação, porque quando se mudou vieram mais 25 pessoas: *“... se precisar ampliar não cabe mais”*.

Alguns códigos de conduta foram implantados na Região, com o objetivo de conter a violência na área que é admitida por alguns moradores. Para Cristina, é a pior característica do lugar e gostaria de se mudar somente por isso.

Este código fez com que o lote de Jonas, outro morador da área, fosse maior. Mudou-se para Campinas em 1997, vindo do Maranhão, junto com a irmã. Moravam nos Campos Elíseos, mas para não pagar aluguel vieram para o Parque Oziel.

O desenho do tamanho da casa que construiu e sua implantação no lote foram determinados pelo alicerce que já estava construído, e esta foi uma resposta bastante recorrente nas entrevistas. Tempos depois sua casa foi assaltada pelo vizinho que, por conta do fato, foi expulso, ficando Jonas, como recompensa, com seu lote. Por isso é diferenciado: *“Meu lote é especial, de 30X20 porque o vizinho me roubou e o pessoal me deu o lote dele”*.

Jonas tem, assim, um lote de 600m<sup>2</sup>, enquanto os vizinhos possuem 300m<sup>2</sup>. Estas dimensões de lote não guardam relação com os padrões definidos por legislação municipal. A legislação municipal de ordenamento territorial determina valores menores, que variam entre 126m<sup>2</sup> e máxima de 250m<sup>2</sup>.

Em relação à organização dos moradores para reivindicar a posse da área, uma questão se mostrou relevante e foi relatada por Marcelo. Ocorreram no início vários processos individuais reclamando a posse dos lotes. Mas depois de várias reuniões entre os moradores, foi resolvido que as negociações passariam a ser feitas pela associação de moradores e não mais individualmente.

## 5.2.1 Anexos



Vista do Jardim Monte Cristo



Rua Jardim Monte Cristo



Vista geral da área



Entrada Jardim Monte Cristo



Vista interior Jardim Monte Cristo



Avenida no Jardim Monte Cristo



Igreja Católica, no Jardim Monte Cristo



Vista Campo de futebol, Jardim Monte Cristo



Vista Parque Oziel



Acesso Gleba B



Vista Gleba B



Gleba B





Vista Parque Oziel



rua Parque Oziel

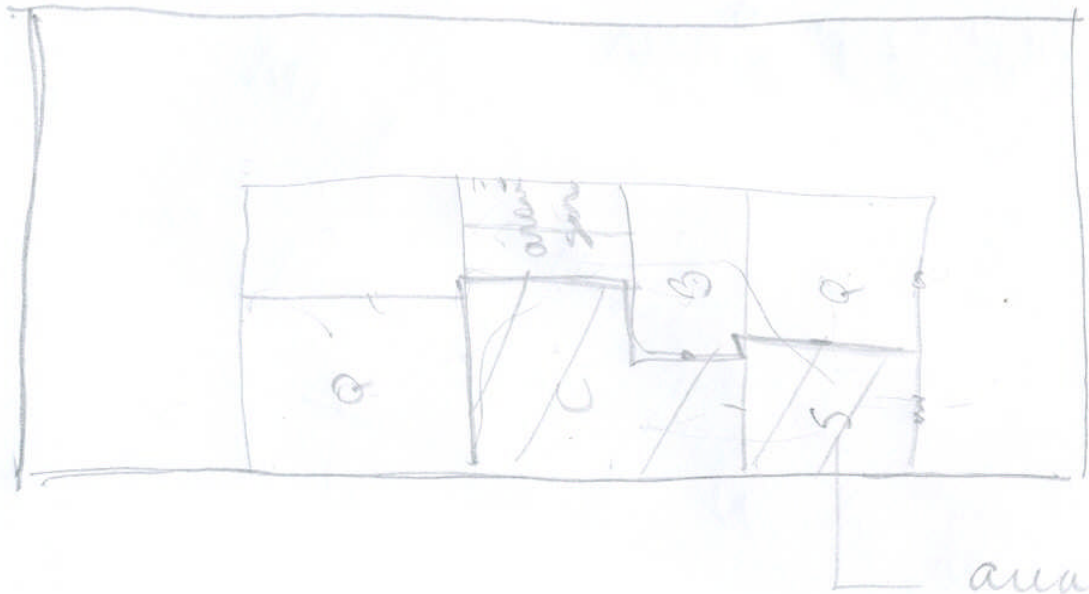


Casa à venda por \$30.000,00 reais, no Parque Oziel

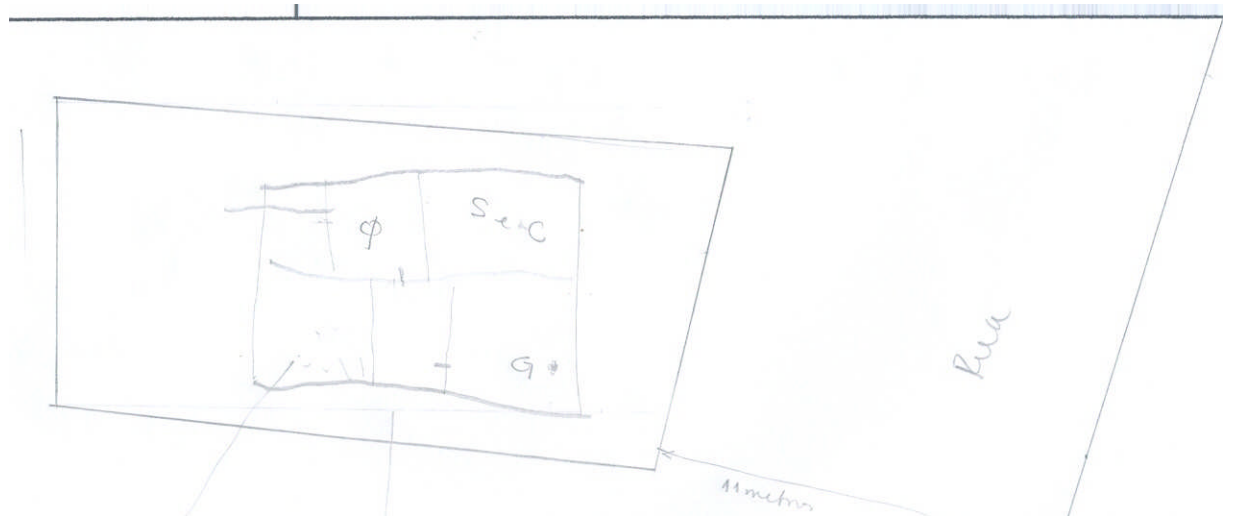


Avenida , no Parque Oziel

desenho da casa:



Casa de Cristina, com observação para a área comprada e expansão posterior



Casa do sr. Claudionor, com dois pavimentos. Não vale o que foi gasto na sua construção.

### 5.3 Vila Brandina

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO VILA BRANDINA			
Data ocupação	Área/ m <sup>2</sup>	População	Localização
Década de 60	27.199,76 m <sup>2</sup> *	802	região leste
Situação urbana			
Ocupação espontânea em área pública			
Encosta e fundo de vale			
distante 3,5 km do centro da cidade			

\* cálculo baseado em mapa da COHAB



Hipermercado Carrefour

Shopping Iguatemi

Clube Hípica

Vila Brandina

Parque Ecológico  
Monsenhor Salim

Foto: L'Habitat - FAU / PUCCAMP, 2003.

A Vila Brandina é uma das mais antigas favelas de Campinas, implantada em área pública de um loteamento situado em bairro de classe média alta em Campinas. A ocupação se estendeu para outra, próxima, que passou a se chamar Vila Brandina II, mas a pesquisa se restringiu à primeira.

O início foi na década de 60, com muitas pessoas que vieram para Campinas

em busca de trabalho. Segundo D. Maria Aurelina que morava antes em Jacinto, Minas Gerais e veio para Campinas há 20 anos:

*“... eu vim para procurar recurso, né? ... tinha seis filhos, não tinha condições... e o meu marido me ajudava muito pouco, bebia muito, coitado...eu trabalhava diário, ganhava um dinheirinho, na roça, para criar os filhos, ....tinha seis filhos e no sexto eu operei porque eu vi que com o tempo, que futuramente não ia dar, porque ele não dava boa esperança da gente construir e acabar a construção. Aí meu pai, minha mãe e meus irmão vieram primeiro. Depois veio meu marido....foi pra Sumaré, paguei aluguel...trabalhou três meses e aí foi me buscar. Lá eu saía cedo , trabalhava vendendo verdura, galinha ... pra comprar coisas pras crianças comer... Depois de três meses meu irmão foi lá e viu o que a gente tava passando e chamou pra morar na Brandina, ele já tava aqui e era melhor.... Fiquei na casa da cunhada uns três meses.”*

Depois de três meses morando com o irmão, um vizinho que tinha comprado um barraco emprestou para que ela morasse com a família, enquanto se preparava para casar. Neste intervalo ele cancelou o casamento, vendeu o barraco para outra pessoa, que: *“...pediu para desocupar...”*.

Sem ter para onde ir, outro vizinho ofereceu um barraco do sobrinho que morava na Bahia, e estava fechado. Assim ficou mais três meses. Até que foi colocado à venda também, e ela precisou sair. Nesta época estava trabalhando como empregada doméstica e comentou com a patroa a sua situação. Esta resolveu ajudar e assim pode comprar uma casa por \$25.000,00 cruzeiros pagos *“parceladinhos”*. Mas a água e a luz ela usava de outro vizinho, que também morava em barraco de madeira, mas houvera feito uma ligação clandestina de água e luz, vendendo este serviço aos vizinhos.

Quando D. Maria Aurelina chegou, em 1977, já havia muitos moradores na área. Respondendo se já existia a ocupação ela diz:

*“... já, já. Só que só era barraco. Não tinha casa de alvenaria, só tábuas. Era um brejo, os moradores foram chegando e foram construindo, e apertando, e jogando entulho... No meu barraco passava o esgoto, dentro da minha cozinha, porque era brejo, né?”*

Em 1992 ela comprou uma casa maior, na rua de cima. Quando a construíram a casa os filhos não eram casados. Começaram pela sala e cozinha e depois os quartos, em cima. Quando a filha se casou construiu na parte da frente da casa e o filho nos fundos. Para D. Maria Aurelina, hoje, a Vila Brandina melhorou muito, porque as ruas melhoraram:

*“...antes era esgoto, a céu aberto, quando chovia alagava o barraco. Agora, graças a Deus, canalizaram o esgoto, a rua ficou larga, bonita, boa. Faz três anos.”*

Neste período ela chegou a se mudar, com o marido para bairro, mas os filhos ficaram na Vila Brandina. Foram para o bairro Nova Europa, em 1998, porque: *“...estava em promoção o loteamento...”*. Depois se casou novamente e foi para Monte Mor, mas gostaria também de morar em Sousas, porque: *“...lá é gostoso, sossegado, tranqüilo...”*

No dia da entrevista estava na casa da filha Maria Aparecida porque:

*“... gosto muito daqui, tem supermercado, é perto do médico, é todo mundo amigo. A gente pode ir no Centro a pé, tem o Carrefour, o shopping...”*

Marli, moradora há 28 anos, relata que tem moradores que chegaram antes, na década de 60. Ela veio com a mãe, a avó e outras quatro famílias, de São Pedro do Ivaí, no Paraná, depois veio o pai, e aqui nasceram mais três irmãos. Sabiam da área porque outra família, da mesma cidade, já estava lá. Construíram um barraco

de madeira, na parte mais baixa, próxima ao córrego : “... *tinha um cômodo e moravam seis pessoas.*” Depois, mudaram-se para a rua de cima e construíram outra casa, de madeira: “... *com dois cômodos.*” A expansão da família foi assim resolvida :

*“ ...meu primeiro irmão casou e construiu com a minha mãe. O outro foi morar com o sogro. A minha irmã casou e invadiu a área aqui, e aí construiu um cômodo, a outra irmã construiu em outra rua...”*

Uma disputa interna entre os moradores obrigou família a deixar a casa. Não tinham para onde ir, então: “ *....a minha mãe queimou os móveis foi todo mundo pra casa da outra irmã, eu minha mãe, A Marli, o Márcio e o casal...*”. A disputa interna que definiu a mudança da família foi decidida, segundo Marli, pela Associação de Moradores: “... *é uma liminar que mandou a gente sair, lá da Associação...*”. Hoje ela mora com o marido em outra casa, mas onde também já moraram os irmãos do marido, que construíram nos fundos e se mudaram, mas poderiam ter construído na frente: “... *porque tem espaço, mas aí meu marido fez a garagem*”. Ela também gostaria de morar em Sousas, mas o marido, se tiver que mudar, iria para Hortolândia.

Márcia, irmã de Marli, gosta do lugar e relata outra solução para a expansão da família. Quando elas ainda não haviam se casado, mas queriam maior privacidade dentro de casa: “... *eu e minha irmã fomos dormir atrás da escada, para ter mais privacidade. A porta da cozinha fechava o quarto...*”. Para ela a melhor qualidade do lugar é estar perto de tudo e também: “... *ah, aqui tem a escola, a pracinha, o campo de futebol. Ficou bom depois que a prefeitura arrumou...*”.

Não há a subdivisão em lotes na área, e os preços são determinados pelo padrão da casa , a maioria em alvenaria de tijolo, e por sua localização em relação ao relevo. A “*parte alta*” é mais valorizada, com a maioria das casas com dois pavimentos, em alvenaria, com preços que variam entre \$20.000,00 e \$30.000,00 reais. Na “*parte baixa*” os preços são menores e o tamanho das casas também. Eles

variam entre \$8.000,00 e \$14.000,00 reais. Mas é nesta rua que estão os espaços mais valorizados: da escola e da Igreja e o campo de futebol, este construído depois da canalização do córrego.

O tamanho das áreas das casas têm, em média 10mX10m, ou 10mX12m. Segundo Hilda, que mora há 20 anos lá:

*“ ...agora não tem mais terra pra ninguém, não invade mais, e passa de pai pra filho. A gente tem 10X12... a gente pode usar 12 metros.”*

## MAPA DA VILA BRANDINA



Fonte: SEHAB, 2005.

ESCALA: 1/3000





### 5.3.1 Anexos



Campo de futebol



Praça, próxima ao Campo de futebol



Vista geral



Escola



Vista da parte valorizada



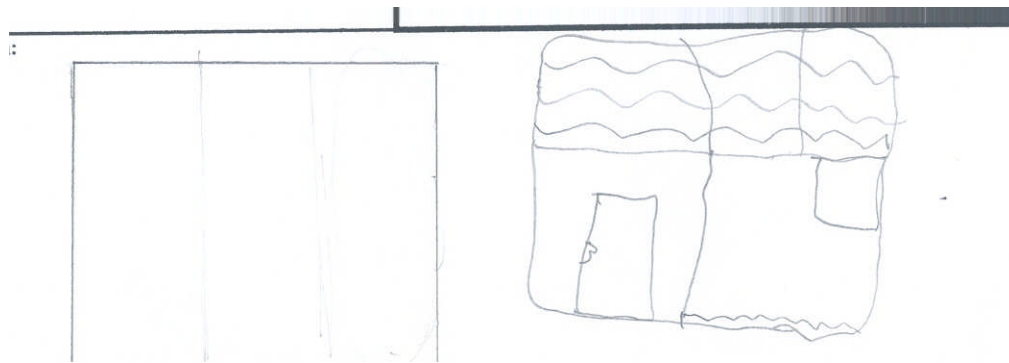
A rua onde os imóveis têm maior preço



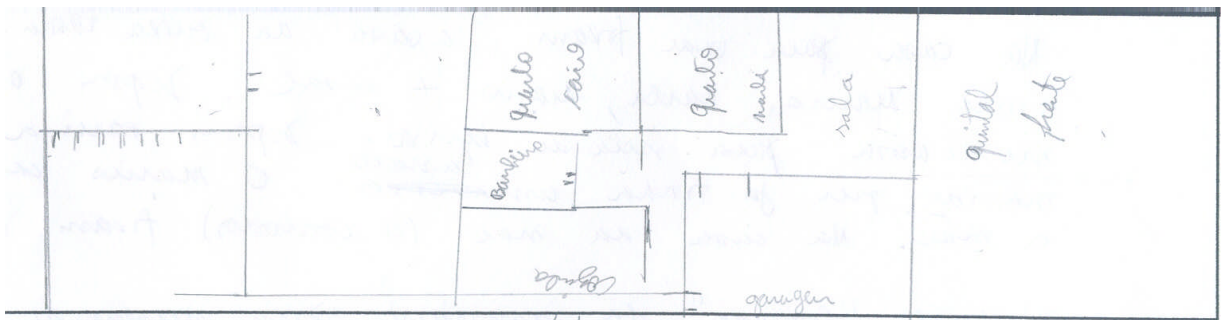
Vista geral



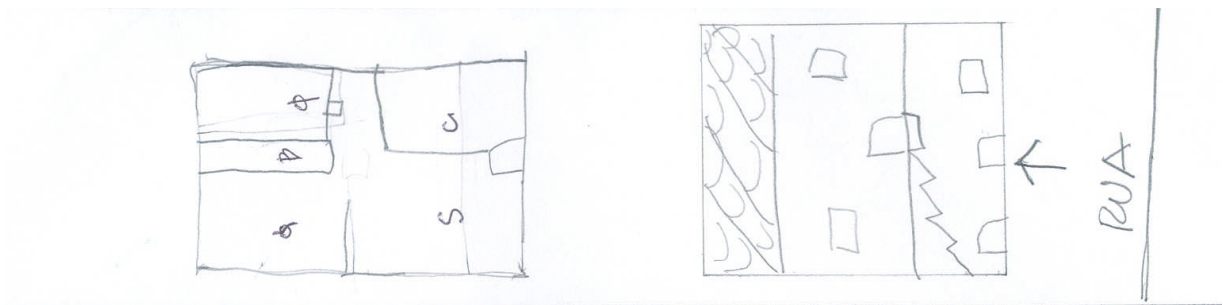
Vista geral



Casa de Maria Aparecida.



Casa de Marli, um dos três maiores terrenos da Vila Brandina.



Desenho da casa de Márcia, com área de 10m X12 m.

## 5.4 Jardim Itatiaia

<b>FICHA DE CARACTERIZAÇÃO JARDIM ITATIAIA</b>			
<b>Data de ocupação</b>	<b>Área/ m<sup>2</sup></b>	<b>População</b>	<b>Localização</b>
Década 70	32.106,35 m <sup>2</sup> *	1490	região sul
<b>Situação urbanística</b>			
Ocupação espontânea em área pública			
Situação de relevo acidentado: fundo de vale			
distante 3,8 km do centro da cidade			

\* cálculo baseado em mapa fornecido pela COHAB



Jardim Paranapanema

Jardim Itatiaia

Fonte: L'Habitat – FAU / PUCCAMP, 2003.

O Jardim Itatiaia está localizado próximo ao centro de Campinas, vizinho de outras duas favelas: o Jardim São Fernando e o Jardim Paranapanema. Ocupa uma área de desnível de terreno bastante acentuada, às margens do córrego Samambaia. Esta posição faz com que ela fique “escondida” em relação à cidade, e com acessos bastante difíceis.

Nele residem, segundo cadastro da Secretaria de Habitação, 461 famílias, com 1490 moradores. O nível de precariedade é bastante grande, com muitas casas

construídas em madeira. Não há nenhum investimento público, assim como, diferente das outras três ocupações pesquisadas, nenhum espaço de lazer, mesmo de pequenas praças ou campo de futebol.

Roseli mora há 16 anos no lugar. Estava, antes, em outra favela: a Santa Eudóxia. Com o casamento de sua mãe, todos mudaram-se para o Jardim Itatiaia. Trocaram a casa no Santa Eudóxia, por uma lá:

*“...ela trocou a casa, e aí veio eu, meus irmãos, minha mãe e meu padrasto ... meu padrasto abriu um bar na frente eles moram lá no fundo, mas a casa é boa....”*

Hoje ela já se casou, e o marido, que tinha outra casa, no mesmo lugar, comprou outra próxima à D. Eva, sua mãe. Ela diz: *“na verdade não era uma casa boa, ele tinha dois cômodos...mas em outro lugar.... aí a gente comprou aqui.”*

A casa onde Roseli mora com o Marido e dois filhos tem um quarto, uma cozinha e um banheiro. A construção é de madeira, não conta com ligação de energia elétrica que são todas clandestinas, mas mesmo esta Roseli não tem: *“... tomei banho agora, senão depois não dá.....faz frio.....”*. A casa foi construída há seis anos, em uma viela estreita:

*“...não tinha mais lugar pra construiu aqui...tinha esse perto do córrego...tava vazio porque às vezes inunda....então este tava aí.....mas minha casa não pode aumentar não...não tem mais lugar.....”*

Perguntado sobre quais as razões que fazem com que goste do lugar em que mora: *“...gosto daqui porque tem família”*. Mas queixa-se da violência :

*“... aqui é muito violento e as pessoas não respeitam mais.... roubaram a minha casa semana passada...foi menino e pegaram eles e levaram pra mim, pra saber o que é que eu queria que fizesse com eles, mas eu falei pra num fazer nada*

*não.....deixa eles pra lá e eu pra cá....”*

O preconceito em relação aos moradores é presente nos relatos. José, o marido de Roseli estava desempregado, e diz que tem dificuldades de encontrar emprego por morar lá. Eventualmente encontra trabalho temporário como auxiliar de pedreiro. Roseli já trabalhou como empregada doméstica:

*“...as patroas discriminam porque a gente mora na favela...a gente paga pelos outros que fazem errado... trabalhei perto da Brandina, lá as pessoas respeitam mais....”*

A sensação de abandono, dos moradores por parte do poder público, é generalizada e os relatos demonstram que se sentem esquecidos. Outro morador, sr. Agostinho, e que reside lá há 17 anos diz :

*“ .....aqui ninguém faz nada. A Igreja chama Divina não faz trabalho aqui não....”*

Há o entendimento de que a responsabilidade, se houver, de alguma intervenção para melhorar as condições do lugar ou é do poder público ou das Igrejas, mas nem mesmo estas estão presentes.

O espaço público não assume nenhuma dimensão, nem religioso, nem de lazer. Quando perguntada sobre os lugares que frequenta Eliana, moradora há 18 anos disse:

*“... é na casa da mãe que eu vou, porque nas praças não dá pra ir... aqui não tem nada não...eu gosto de ir no Largo do Rosário...”*

A precariedade é grande, mas os preços são elevados. Há uma variação em relação à localização e ao acabamento. As mais valorizadas são as que possuem acabamentos em azulejo, e se situam no perímetro externo, limite entre a área em loteamento regular e a área pública ocupada pelo Jardim Itatiaia. É o caso de João Roberto, que lá mora há 20 anos, em uma casa de alvenaria, cujo valor está

entre \$10.000,00 e \$20.000,00 reais: “ *com quatro cômodos e um banheiro, em terreno grande uns \$23.000, 00*”. Estar em terreno grande significa ter a possibilidade de expansão. As casas menores, mas com azulejo nos banheiro ou na cozinha , têm seu preço estimado em \$18.000,00.

A legalidade do lote também determina os preços. Na rua onde mora João as casas em frente são: “*particular*”, e por isso tem valor maior, apesar de não ser possível, pela tipologia , determinar qual é a face da rua legalizada. Mas enquanto o valor da casa do João é de \$10.000,00 reais, a de seu vizinho de frente vale \$40.000,00:

*“ ali não é da prefeitura, vale mais. Aqui é da prefeitura, então vale menos.....”*

Nas vielas os preços mudam, sendo em média de \$8.000,00 reais. A questão mais evidente durante a pesquisa no Jardim Itatiaia é o grau de precariedade e a maneira como os moradores percebem e valorizam outras áreas da cidade em relação a isto. Segundo D. Eva mãe de Roseli, se pudesse se mudar:

*“...aqui é melhor que o São Fernando, mas o Paranapanema é dez....lá as pessoas sabem distinguir as pessoas....”*

O Jardim Paranapanema é também uma área de ocupação espontânea, ocupada no mesmo período, na década de 70. A diferença valorizada é o acesso, a visibilidade em relação à cidade. É visto como parte dela apesar de não *ser*, porque algumas de suas se articulam ao desenho da cidade. Outra questão é o fato de estar em cota de nível mais alta. Coloca-se assim, como nos estudos anteriormente apresentados, uma classificação, uma hierarquia para a precariedade.

A densidade de ocupação é alta, sendo que muitas vezes as vielas que dão acesso às casas mais próximas ao córrego tem menos de um metro de largura, sendo as situações de maior fragilidade. O período de chuvas é o mais temido pelos moradores por conta dos constantes alagamentos.


# MAPA DO JARDIM ITATIAIA



## ITATIAIA

### LEGENDA

- MORADIA ALVENARIA / MADEIRA
- MORADIA MISTA / PRECÁRIA
- TELHEIROS

ESCALA: 1/2500 

Fonte: COHAB, 2005.



### 5.4.1 Anexos



Acesso ao Jardim Itatiaia.



Padrão interno.



A rua mais valorizada, com os maiores preços.



Vista da região, de onde não se "percebe" a favela.



Vista da rua lateral.



Vista geral.



Vista geral, à partir do bairro.



Viela.



**Padrão das ruas**



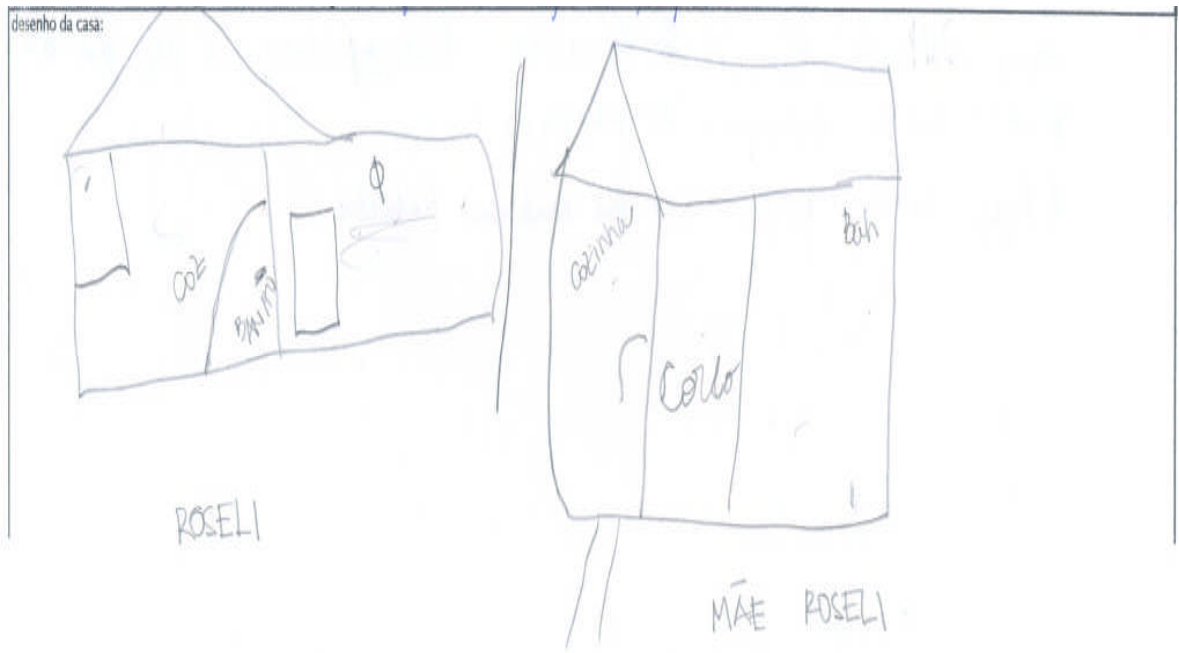
**Instalação de rede elétrica.**



**Rua de acesso ao Jardim Parapanema**



**Margem do córrego Samambaia**



Desenho feito por Roseli, representando a vizinhança entre elas.

## **PARTE III**

## 6. SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS

Foi possível compreender algumas razões para o desenho urbano das ocupações organizadas. A cidade legal é reproduzida nestes espaços a partir de alguns elementos. Um deles é a reprodução da estrutura urbana em lotes, quadras e ruas, com o entendimento de que a rua é o lugar da infra-estrutura, principalmente para a rede de energia elétrica. Mas a determinação da dimensão delas refere-se, em determinadas situações, ao desenho anterior presente.

No Parque Oziel e Monte Cristo, as principais vias do loteamento anterior são mantidas pela ocupação que se organizou. À partir da estrutura de circulação principal, originária do loteamento irregular, é que foram determinadas as vias secundárias, com uma maior possibilidade de adensamento. E assim considerou-se para suas dimensões, não só a implantação de rede elétrica, mas a necessidade de transporte coletivo. Em função das características do relevo, foram definidas por onde deveriam circular os ônibus, e essas tiveram sua largura ampliada, quando necessário, para dez ou quatorze metros.

No Parque Oziel as vias secundárias, por onde o transporte coletivo não circula e com situação de maior desnível há larguras que variam entre quatro e sete metros. Já na Região do Campo Belo, que têm relevo plano, as ruas são mais largas e mantêm um padrão homogêneo, de oito metros. O contraponto entre as duas regiões é as densidades de ocupação. O Parque Oziel, com relevo mais acidentado e extensão de área menor, tem uma densidade muito mais alta. No Campo Belo é baixa, com grande disponibilidade de lotes vazios, e a ocupação dentro do lote se diferencia.

Como o parcelamento proposto na Região do Campo Belo foi maior e mais homogêneo, onde a maioria dos lotes mantém o mesmo tamanho de 10mX25m, as casas contam com mais área livre. Mas não há, na decisão de implantação das casas nenhum diálogo com o Código de Obras do município, nem mesmo com a lei

de Zoneamento. Esta é desconhecida pela maioria dos moradores entrevistados. Durante a pesquisa somente o sr. Lucas, do Campo Belo, citou a sua existência, quando se referia ao processo de desapropriação para expansão do Aeroporto de Viracopos.

A semelhança, portanto, se faz pela estrutura – em quadras, lotes e vias. Mas é somente na largura das vias que a aproximação com a legislação municipal se apresenta. De acordo com ela<sup>13</sup>, que é posterior à data de ocupação da área, os parâmetros para vias de circulação, são: nove metros para vias locais, onze metros para vias secundárias e treze metros para vias coletoras; sendo que deverão ser respeitados larguras de calçadas de 1,5m, 2 m e 2,75 m respectivamente.

Várias ruas na Região do Campo Belo foram redesenhadas já que muitas delas haviam desaparecido. Com a necessidade de abertura de vias para a ocupação organizada na década de 90, determinou-se a largura de oito metros, demarcadas com oito passos, na relação de um metro ser equivalente a um passo. Essa medida, segundo o sr. Lauro, da Associação de Moradores, foi determinada para que, quando houvesse a implantação de iluminação pública, houvesse espaço para a instalação da rede elétrica.

São colocadas aqui duas questões principais, que dizem respeito à lógica que orienta os processos de ocupação das áreas estudadas: elas não dialogam explicitamente com a legislação do município, mas também não a confrontam de maneira deliberada. A legislação, para a maioria dos moradores é desconhecida em relação aos índices urbanísticos colocados pelo Código de Obras do Município. A ilegalidade é reconhecida pelos moradores em relação à propriedade do solo, mas nenhuma menção é feita relativamente à legislação que normatiza as edificações.

Uma das respostas mais significativas em relação a esta questão veio de um morador, que quando perguntado sobre o motivo de sua casa ser isolada no lote, com todas as faces afastadas em relação aos muros laterais, respondeu que era para o cachorro poder circular, quando ele tiver um cachorro. Muitas outras razões

foram respondidas, mas nenhuma se relacionou ao Código de Obras, nenhuma referência à taxa de ocupação ou recuos, ou com a possível regularização da casa.

Para o universo da casa e de seus desenhos, podemos afirmar que Código de Obras, os índices referentes às taxas de ocupação, coeficientes de aproveitamentos ou recuos, não aparecem como determinantes, já que a dimensão dos lotes e as demandas familiares obrigam soluções extra legais. Para a solução dos espaços domésticos, as formas de ocupação se diferenciam na densidade, no número de pessoas que residem juntas e que vão determinar as expansões necessárias e a disponibilidade para construir na mesma área. As questões que se apresentam são estas, sem nenhuma pertinência com a legislação.

Mostraram-se também relevantes em relação ao desenho da casa e sua implantação no lote: o muro do vizinho como auxiliar na estrutura da edificação; o afastamento em relação à rua para que seja possível outra edificação, ou para uma moradia de melhor qualidade para a família, ou ainda, para alugar e conseguir uma renda adicional.

As etapas se diferenciam: quanto ao acesso e ao desenho. A primeira a questão do acesso, a forma de aquisição da casa, possível somente através do mercado informal, à parte de qualquer ação pública. É da natureza do mundo privado a forma de acesso à moradia, sempre oferecida pela informalidade, inclusive com a presença de lançamentos imobiliários, onde é possível identificar a mobilidade vinculada à procura de lugares mais baratos. Os moradores se deslocam dentro da informalidade, mantendo-se distante dos espaços da cidade que não consideram seus. Esta percepção se manifestou diversa na descrição do sr, Manoel, ao explicar as praças, por ele reconhecida como um direito dos pobres, que não teriam morar.

Quanto ao desenho interno e as possibilidades para a solução da construção da casa, estas estão determinadas pelo número de moradores, por quantos são os participantes do orçamento familiar. Se houverem muitas crianças e poucos adultos, a dificuldade é maior, pois o orçamento familiar nestas condições é menor. E só vai

---

<sup>13</sup> Ver Lei Municipal nº 10.410.



se invertendo na medida em que atingem idade para também passam a contribuir com as despesas. O emprego, que na maioria das vezes também é informal, configurando uma situação toda construída à margem, completamente fora da vida pública, em todas as suas instâncias.

Com relação ao desenho das ocupações organizadas, as respostas apresentadas pelos moradores que delas participaram permitem uma análise em relação ao tamanho do lote e preço. Nestas ocupações as dimensões são diferentes sendo mais homogêneo no Campo Belo e mais heterogêneo no Parque Oziel e Monte Cristo, muito embora não constituam um valor. O Parque Oziel e Monte Cristo, apesar de apresentarem uma densidade de ocupação mais alta, com topografia mais acidentada, e estas características mostrarem uma imagem aparente de maior precariedade em relação região do Campo Belo, a valorização pelos moradores é maior.

No Campo Belo, com a presença de mais áreas vazias, o valor não é determinado somente pelas dimensões físicas e tampouco pela possibilidade de expansão. A presença do poder público é um valor agregado, que implica na garantia ou na possibilidade de maior presença do Estado, que sendo mais frágil neste confere um valor em relação ao Parque Oziel e Monte Cristo.

Dentro do entendimento da existência de lógicas de ocupação, ou mesmo de apropriação, que se fazem a partir de elementos externos e internos, verificou-se, pelas pesquisas feitas, a presença da lógica do “pedaço” nas cidades para a população pobre. O “pedaço” é um conceito definido por MAGNANI (2003), que não sendo o mundo privado da casa, e nem o espaço todo da cidade, é o espaço onde os códigos de conduta, as possibilidades, e as necessidades são reconhecidas sem a interlocução com as regras oficiais.

Portanto a idéia de “pedaço” pode ser aplicada ao modo como a população das ocupações entende seu lugar nas cidades, onde muitas vezes se relaciona à propriedade original da terra ocupada. O espaço público, a terra pública é um “pedaço” destinado aos pobres, nesta condição, possível de ser ocupado por quem

não tem outro “pedaço”, como o exemplo do Núcleo São João e a justificativa da presença da favela em área pública, apresentada pelo morador.

Quando perguntados em qual lugar da cidade gostariam de morar, se não fosse ali onde estão, as respostas indicam outros lugares, sempre na periferia, muitas vezes outras ocupações, como se houvesse o reconhecimento de que o lugar dos pobres na cidade já estivesse demarcado. O outro “pedaço” é o centro da cidade, muitas vezes colocado como o lugar de lazer, onde, aos finais de semana “vamos passear”.

Nenhum morador, ao ser perguntado sobre o lugar para onde gostaria de se mudar se referiu-se à parte mais urbanizada da cidade, mas aos setores onde a população de baixa renda se concentra, historicamente. Reafirma-se aqui a constituição dos três mundos colocados por DA MATTA (1997). A periferia na qual os pobres se deslocam é o mundo da rua onde a disputa se coloca mais possível, com maior viabilidade. Aqui estamos falando não somente do espaço físico, mas do espaço da ação social, culturalmente institucionalizado. E é neste espaço da “rua” que a possibilidade do cidadão pobre existir, construindo sua casa, o espaço onde garante-se a cidadania pretendida.

Um outro rebatimento se estabelece com a lógica formal, que é a questão da segurança privada. São cobradas taxas mensais dos moradores para que se sintam seguros. Este serviço é oferecido no Campo Belo por mais de um grupo e que identificam as casas por meio de placas e estas passam a ser protegidas. Isto contraria o discurso oficial de que são lugares de onde se origina a violência urbana, mostrando que esta talvez seja uma questão para toda a cidade, sem distinção de lugares. Vale lembrar que nenhuma das áreas estudadas conta com a presença de posto policial.

A outra segurança, a principal, é a da propriedade, garantida nos espaços irregulares pela reprodução dos procedimentos cartorários, com a emissão de certidões que “asseguram” a transação, estabelecendo um universo jurídico onde há

a presença de escrituras, de liminares, de um escopo legal que reintroduz a lógica pública, mas com características próprias.

Reafirma-se, então, com maior clareza a percepção dos moradores que, ao relatarem os seus lugares na cidade, os seus deslocamentos, reconhecem este “lugar dos pobres”. Lugar onde somente se chega pelo mercado informal e a partir do qual desenha-se um outro mapa da cidade: o lugar dos pobres e por onde eles se deslocam.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscar compreender a formação dos espaços da cidade, a partir de suas lógicas constitutivas se faz importante para a formulação de políticas de intervenção, de planos e projetos urbanos. Devem eles incorporar em suas práticas uma outra possibilidade de forma urbana, vinculada aos processos de forte identidade que ocorrem, constituindo territórios, e que não representam um único modelo urbano. Modelo que, à partir de uma ordem produz dois tipos de cidade, paralelas, que se assemelham nos procedimentos para a garantia da permanência, mas onde a insegurança, para os que estão à margem da legislação e na periferia pobre é sempre maior e mais presente.

É preciso que outras formas urbanas sejam acolhidas no mundo da legalidade, a partir das diferenças existentes na constituição de territórios. Tanto nos processos de regularização, já consolidados, como nas cidades que ainda serão edificadas. Uma cidade planejada e produzida à partir de uma única ordem, mas mais democrática e incluyente, onde urbanismo de risco deixe de ser o padrão de produção do espaço urbano. Alguns caminhos começaram, com o Estatuto da Cidade, a indicar respostas para esta questão. Principalmente na discussão de aplicação de instrumentos que viabilizem outros caminhos, como o da Concessão do Direito Real de Uso, onde a posse da terra não signifique mais uma forma de “propriedade menor”, e assim possa dar respostas a questões importantes, como as abordadas na parte I deste trabalho, onde a propriedade da terra não seja o único caminho para a construção da noção de cidadania.

Não se pode absolutizar a legislação urbana e tampouco as formas adotadas por ela para o espaço construído. Tal qual se coloca impõe restrições que não admitem a diversidade, a heterogeneidade do espaço, quando deveria reconhecer estas rugosidades, com suas diferenças de padrões familiares, das comunidades e dos valores já estabelecidos por seus tempos de permanência em determinados lugares. Tempo que pode transformar o espaço em lugar, em identidade.

O reconhecimento dos diversos grupos passa pela admissão de sua existência plena, pela necessidade da ausência do preconceito e do estigma. A alteridade e a urbanidade indicam possibilidades maiores, mais amplas para a condução a territórios urbanos mais democráticos. Reconhecer o outro, assim como reconhecer formas de cidade podem permitir que se ofereçam outras soluções, que estabeleçam novas relações entre o edifício e a cidade, permitindo maior pluralidade no espaço.

As propostas de intervenção nas cidades deverão passar pelo reconhecimento das relações simbólicas dos espaços, invertendo ou possibilitando outros olhares e com isso, novas formas de intervenções sobre as ilegalidades, não tão ilegais assim. A formulação do escopo legal de ordenamento do território urbano deve reconhecer, de maneira completa, a gênese da forma urbana, e à partir dela elaborar a norma, o ordenamento das cidades.

Os territórios de exclusão apresentam escala de prioridades, sendo as mais urgentes: o espaço representado pelo lote conquistado, a construção da casa e sua quase sempre necessária ampliação, e a eliminação do preconceito. São componentes de um processo sempre presente nos territórios de exclusão que precisam ser alterados, para possibilitar a construção de uma cidade mais justa.

## 8. REFERÊNCIAS

ABRAMO, PEDRO. *Mercado e ordem urbana: do caos à teoria da localização residencial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: Faperj, 2001.

ABRAMO, PEDRO. Dinâmica espacial e instabilidade do mercado imobiliário: a ordem – desordem urbana. In *Cidades Em Transformação: Entre O Plano e o Mercado Experiências Internacionais Em Gestão Do Uso Do Solo Urbano*. Rio de Janeiro: O Autor, 2001.

ABRAMO, PEDRO. A teoria econômica da favela: quatro notas sobre a localização residencial dos pobres e o mercado imobiliário informal. In *A Cidade Da Informalidade*. Rio de Janeiro: Livraria Sette Letras, FAPERJ, 2003.

ALENCASTRO, LUIZ FELIPE. Vida Privada e Ordem Privada no Império. In *História Da Vida Privada No Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ARANTES, ANTONIO. A guerra dos lugares. In *Revista Do Patrimônio Histórico E Artístico Nacional*, 1993.

ARENDT, HANNAH. As esferas pública e privada. In *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

AZEVEDO, SÉRGIO. Relação público / privado e gestão democrática. In MELO, Norma Lacerda e LEAL, Suely Maria Ribeiro. *Relação Público-Privado: Do Local Ao Global*. Recife: Editora Universidade da UFPE, 1995.

BADARÓ, R. DE S. C. *Campinas: O despontar da modernidade*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

BAENINGER, Rosana. *Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do pólo industrial paulista*. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996.

BALTRUSIS, NELSON. *A dinâmica do mercado imobiliário informal na Região Metropolitana de São Paulo : um estudo de caso nas favelas de Paraisópolis e Nova conquista*. Dissertação de mestrado. Campinas, FAU PUCCAMP, 2000.

BALTRUSIS, NELSON. *Mercado imobiliário em favelas e o processo de estruturação da cidade*. Tese de doutorado. São Paulo: FAU USP, 2005.

BARBON, ÂNGELA LUPPI. *Mobilidade residencial em grandes centros*. Dissertação de mestrado. Campinas: FAU PUCCAMP, 2003.

CAMPINAS. Lei nº 6.031 de 29 de dezembro de 1988. *Dispõe sobre o uso e ocupação do solo no município de Campinas*. Disponível em:<<http://www.campinas.sp.gov.br/seplama/legislacao/lei6031/indice.htm>>. Acesso em 05 de setembro de 2006.

CAMPINAS. Lei nº 6.579 de 26 de julho de 1991. *Dispõe sobre regularização de construções clandestinas e dá outras providências*. Disponível em:<<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei6579.htm>>. Acesso em 01 de novembro de 2006.

CAMPINAS. Lei nº 10.410 de 17 de janeiro de 2000. *Dispõe sobre empreendimentos habitacionais de interesse social, e estabelece outras normas sobre habitação popular*.

CAMPINAS. Lei nº 11.834 de 19 de dezembro de 2003. *Dispõe sobre regularização de parcelamentos do solo, implantados irregularmente no município de Campinas até 30 de junho de 2001 e dá outras providências*. Disponível em:<<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/lei11834.htm>>. Acesso em 07 de novembro de 2006.

CAMPINAS. Decreto nº 13.584, de 29 de março de 2001. *Declara de Interesse Social e Autoriza a Desapropriação de área Destinada à Implantação de Habitações Populares Por Meio da Companhia de Habitação Popular de Campinas - Cohab-*

Campinas. Disponível em: <<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec13584.htm>>. Acesso em 05 de novembro de 2006.

CAMPINAS. Decreto nº. 14.831, de 21 de julho de 2004. *Fixa a correta interpretação dos dispositivos da lei de E.H.I.S., que especifica*. Disponível em:<<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec14831.htm>>. Acesso em 20 de novembro de 2006.

CAMPINAS. Decreto nº. 14.918, de 18 de setembro de 2004. Declara de interesse social, para fins de desapropriação, imóveis necessários à regularização fundiária do Parque Oziel e Monte Cristo por meio da COHAB - Companhia de Habitação Popular de Campinas e dá outras providências. Disponível em:<<http://www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/dec14918.htm>>. Acesso em 05 de novembro de 2006.

CANO, WILSON e BRANDÃO, CARLOS A. (coords). *A região metropolitana de Campinas: urbanização, economia, finanças e meio ambiente*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

CHAUÍ, MARILENA. Política e cultura democráticas: o público e o privado entram em questão. In *Revista Brasileira De Ciência Sociais*, nº 32, junho de 1991.

CLAVAL, PAUL. *Espaço e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

DA MATTA, ROBERTO. Casa, Rua e outro mundo: o caso do Brasil. In *A Casa & A Rua: Espaço, Cidadania, Mulher E Morte No Brasil*. São Paulo: Rocco, 1997.

ELIAS, NORBERT. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

FERNANDES, ARI VICENTE. Subsídios para a regularização do Parque Oziel e Jardim Monte Cristo face à Legislação Urbana e Ambiental. In *Anais do Seminário Internacional: Gestão da Terra Urbana e Habitação de Interesse Social*. Campinas: FAU - PUCCAMP, 2000.



FERNANDES, ARI VICENTE. *Parque Oziel, 1997 – o ano das ocupações*. Trabalho Programado apresentado ao Programa de Pós Graduação Estruturas Ambientais Urbanas. São Paulo: FAU/USP, maio de 2003.

FERNANDES, ARI VICENTE. *Legislação urbana recente do município de Campinas*. Trabalho Programado apresentado ao Programa de Pós Graduação Estruturas Ambientais Urbanas. São Paulo: FAU/USP, junho de 2003.

FERNANDES. EDÉSIO. *Legalidade e Realidade da Legislação Urbana*. Comunicação apresentada durante o encontro "Belo Horizonte debate seu futuro"; de 27 a 29 de março de 1995.

FERNANDES. EDÉSIO. *Legalizando o ilegal*. Disponível em:< [www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br) >. Acessado em 20 de março de 2006.

FERNANDES. EDÉSIO. *Reformando a ordem jurídico-urbanística no Brasil*. Disponível em:< [www.cidades.gov.br](http://www.cidades.gov.br) >. Acessado em 20 de março de 2006.

FREIRE, CRISTINA. *Além dos mapas: os monumentos no imaginário urbano contemporâneo*. São Paulo: SESC: Annablume, 1997.

GUATTARI, FÉLIX. *As três ecologias*; tradução Maria Cristina F. Bittencourt; revisão Suely Rolnik. Campinas, SP: Papirus, 1991.

HARVEY, DAVID. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In *Espaço & Debates* nº 6. São Paulo: NERU, 1982.

HOLSTON, JAMES. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. In *Revista Brasileira De Ciências Sociais*, nº 21, ano 8, 1993.

ITIKAWA, LUCIANA. Geometrias da clandestinidade: o trabalho informal no centro de São Paulo. In *Caminhos Para O Centro: Estratégias De Desenvolvimento Para A Região Central De São Paulo*. São Paulo: CEM/EMURB, 2004.

KOWARICK, LÚCIO. Cidadão privado e subcidadão público. In *Escritos Urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LOPES, DORACI ALVES. *Marginais da história? O movimento dos favelados da Assembléia do Povo*. Campinas, SP: Editora Alínea, 1997.

LOPES, DORACI ALVES. Casa, despejo e cultura do habitar. In *cadernos CERU – Centro de Estudos Rurais e Urbanos*, série 2, nº 13, São Paulo, 2002.

MAGNANI, JOSÉ GUILHERME CANTOR. A rua e a evolução da sociabilidade. In *Cadernos De História De São Paulo nº 12*, Museu Paulista da Universidade de São Paulo, jan - dez 1993.

MAGNANI, JOSÉ GUILHERME CANTOR. *Festa no Pedação: Cultura Popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec/UNESP, 2003.

MAGNANI, JOSÉ GUILHERME. A Antropologia Urbana e os desafios da Metrópole. In *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, maio de 2003.

MARICATO, ERMINIA. *Habitação e cidade*. São Paulo: Atual, 1997.

NOVAIS, FERNANDO. Condições de Privacidade na Colônia. In *História Da Vida Privada No Brasil: Cotidiano E Vida Privada Na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, FRANCISCO. *Crítica à razão dualista, o ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

PANIZZI, WRANA. *Entre cidade e estado, a propriedade e seus direitos*. In *REVISTA ESPAÇO E DEBATES*, nº 26, 1987.

PERLMAN, JANICE. *O Mito da Marginalidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRIORE, MARY DEI. Ritos da Vida Privada. In *História Da Vida Privada No Brasil: Cotidiano E Vida Privada Na América Portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ROLNIK, Raquel. *Cada um no seu lugar! (São Paulo, início da industrialização: Geografia do poder)*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 1981.

ROLNIK, RAQUEL. *Lar, doce lar... (a história de uma fórmula arquitetônica)*. In Revista AU, novembro, 1985.

ROLNIK, RAQUEL. Planejamento urbano nos anos 90: novas perspectivas para velhos temas. In RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; SANTOS Júnior, Orlando Alves dos (org.). *Globalização, Fragmentação E Reforma Urbana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

ROLNIK, RAQUEL. *A cidade e a lei*. São Paulo: NOBEL/FAPESP, 1998.

ROLNIK, RAQUEL. Exclusão territorial e violência. In *São Paulo Perspectiva*, São Paulo, v. 13, nº 4, 1999. Disponível em: < <http://www.scielo.br> >. Acesso em 22 de outubro de 2006.

SADER, EMIR. O estatal, o privado e o público. In *Tempo E Presença*; Publicação do CEDI, nº 260, ano 13.

SANTOS, CARLOS NELSON FERREIRA DOS. *Quando a Rua Vira Casa*. São Paulo: Projeto, 1986.

SANTOS, MILTON. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, MILTON. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, MILTON. *A natureza do espaço*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: < <http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>>. Acessado em 20 de agosto de 2006.

SENNET, RICHARD. *A formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SENNET, RICHARD. *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. São Paulo: Record, 2003.

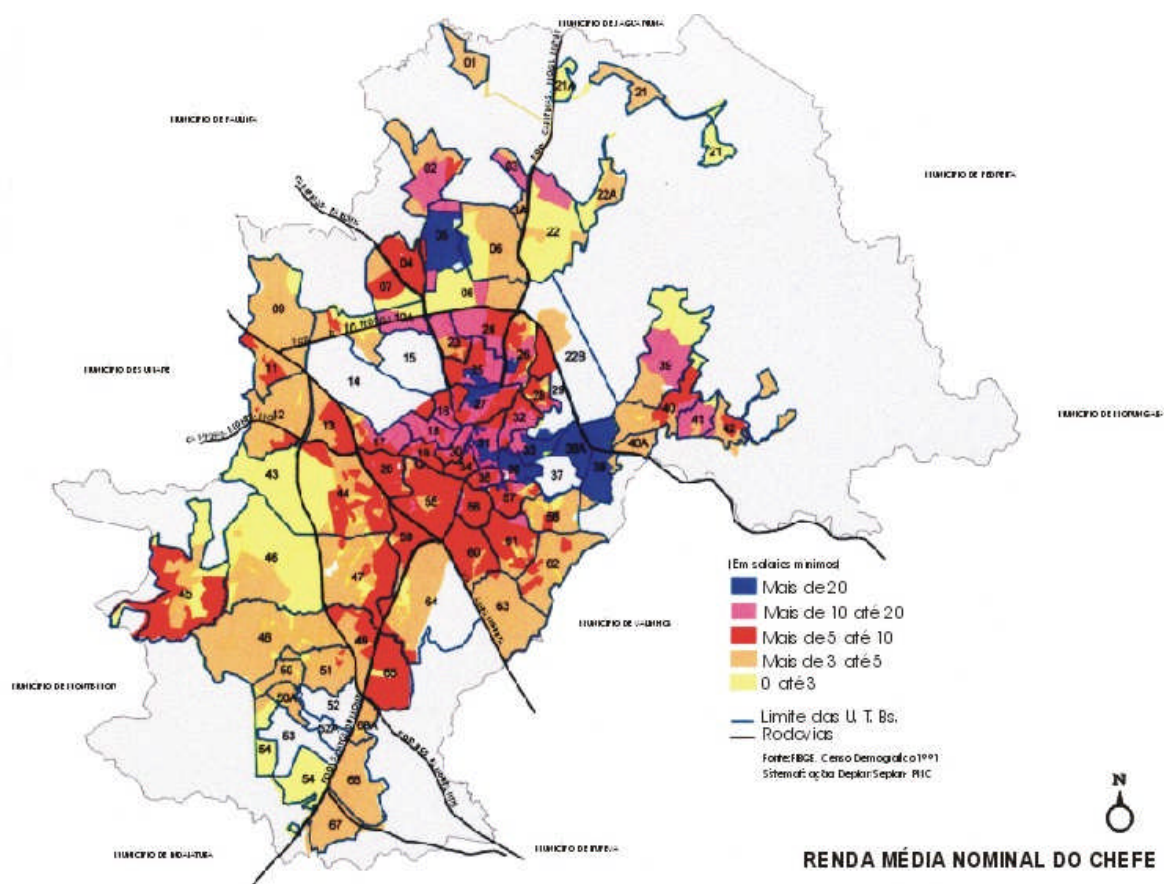
SEVCENKO, NICOLAU. As Muralhas Invisíveis da Babilônia Moderna. In *Revista Oculum nº 1*. Campinas: FAU PUCCAMP, 1988.

SILVA, HELENA MARIA MENNA BARRETO. *Terra e moradia: que papel para o município?* Tese de Doutorado. São Paulo: FAU/USP, 1997.

VARELLA, DRAUZIO; BERTAZZO, IVALDO; BERENSTEIN, PAOLA. *Maré, vida na favela*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

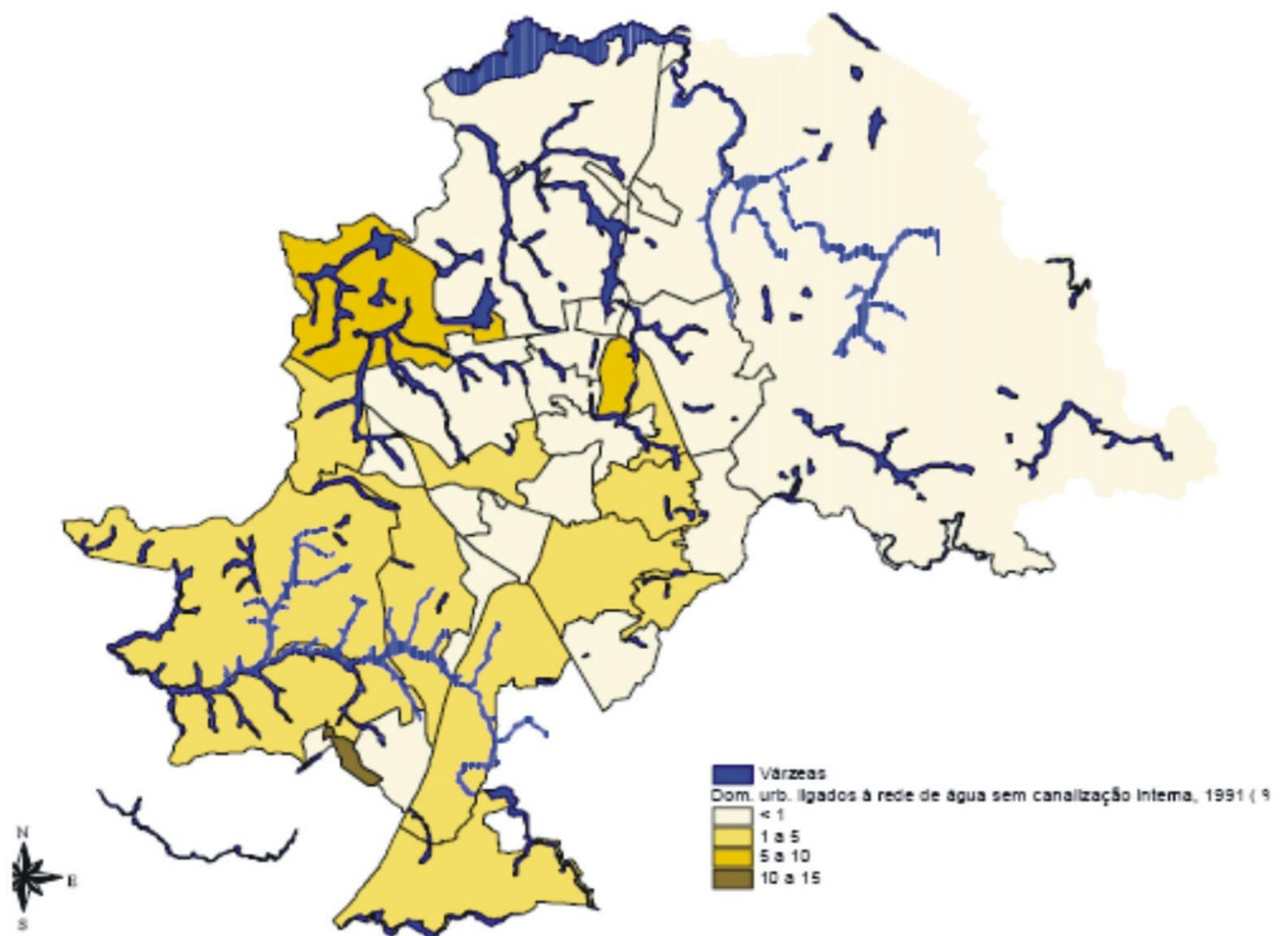
## 9. ANEXOS

### MAPA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA MUNICÍPIO DE CAMPINAS



Fonte: PMC, 2006.

## DOMICÍLIOS LIGADOS À REDE DE ÁGUA MAS SEM CANALIZAÇÃO INTERNA



Fonte: PMC, 2005.

<b>TABELA 4</b>			
<b>POPULAÇÃO POR ÁREA OCUPADA</b>			
<b>Tipo</b>	<b>quantidade</b>	<b>moradias</b>	<b>Pop. estimada</b>
Favelas	82	14.149	63.690
Ocupações	121	21.783	82.174
Ocupação em fase regularização	10	1.272	4.800
Núcleos	20	1.544	6.984

Fonte: PMC/ SEHAB, 2005.

<b>TABELA 5</b>			
<b>Tabela das favelas, núcleos e ocupações em Campinas</b>			
<b>tipo</b>	<b>assentamentos</b>	<b>total famílias</b>	<b>população</b>
<b>LESTE</b>		<b>total 25</b>	
<b>FAVELAS 16</b>			
	CAFEZINHO	61	263
	GETÚLIO VARGAS	375	1682
	GUARAÇAI	121	483
	INDEPENDÊNCIA	120	448
	JD FLAMBOYANT (BURACO DO SAPO)	0	
	JD. NILÓPOLIS	104	364
	JD.CONCEIÇÃO/ LÍRIA	225	478
	JD.SANTANA/Novo Horizonte	52	98
	NOVO FLAMBOYANT	330	674
	NR. GÊNESIS	355	176
	PARQUE SÃO QUIRINO	46	94
	PARQUE SÃO QUIRINO/Rua MOSCOU	385	817
	PARQUE SOCIAL ISA	189	353
	S. JOÃO DA VITÓRIA/REGULARIZAÇÃO	s/d	159
	S.JOÃO VITORIA/REMOÇÃO	s/d	269
	VILA BRANDINA	386	802
	VILA BRANDINA II	40	75
	VILA DÁLIA	48	79
	VILA NOGUEIRA	184	363
<b>NÚCLEOS 3</b>			
	CRISTO REI	s/d	s/d
	NOVO GARARAPES	s/d	s/d
	PARQUE D. BOSCO	s/d	s/d
<b>OCUPAÇÕES 3</b>			
	JARDIM CONCEIÇÃO II (SOUSAS)	78	259
	RECANTO DOS DOURADOS I E II	193	553
	SORIRAMA (SOUSAS)	s/d	s/d
<b>NOROESTE</b>		<b>total 31</b>	
<b>FAVELAS 11</b>			
	JD. LISA I	113	443
	JD. LISA II	73	301
	JD. MARACANÃ	85	190
	JD. METONÓPOLIS	91	382
	JD. NOVO MARACANÃ	219	672
	JD. SÃO JUDAS TADEU	263	466
	JD.FLORENCE (Rua 15/138)	419	624
	PRINCESA D'OESTE	272	408
	RECANTO DOS PÁSSAROS	81	147
	TRÊS ESTRELAS	297	526
	VILA PROGRESSO	197	289

<b>NÚCLEOS 1</b>			
	JD. NOVO IPAUSSURAMA	s/d	s/d
<b>OCUPAÇÕES 19</b>			
	ALTO DO IPAUSSURAMA	51	182
	COLINA VERDE	15	65
	COSMOS	126	399
	JARDIM BOA ESPERANÇA	418	1387
	JARDIM CAMPINA GRANDE	53	161
	JARDIM CAMPO GRANDE	48	145
	JARDIM FLORENCE I (PROGRESSO I)	119	22
	JARDIM ROSSIM	74	263
	MORRO SÃO JUDAS	109	379
	NOVO ALTO	220	744
	NUCLEO RESIDENCIAL PIRELLI (LIXÃO)	s/d	s/d
	PARQUE DA AMIZADE	s/d	s/d
	PARQUE DAS FLORES	406	1252
	PARQUE FLORESTAL (IBAMA)	189	658
	PARQUE IRIS	109	191
	SATELITE IRIS I	206	688
	SATELITE IRIS III (FEPASA)	68	215
	TRES ESTRELAS (MANDIOCAL)	s/d	s/d
	UNIÃO POPULAR	240	780
<b>NORTE</b>		<b>total 34</b>	
<b>FAVELAS 7</b>			
	BEIRA RIO	77	292
	JD. CAMPINEIRO	127	430
	JD. EULINA	259	766
	JD. SANTA MÔNICA	373	634
	JD. SÃO MARCOS	349	721
	JD.CAMPINEIRO -2a. Parte	66	95
	RECANTO DA FORTUNA	32	2
<b>NÚCLEOS 3</b>			
	JARDIM NOVO NILOPOLIS	s/d	s/d
	JARDIM NOVO PARQUE REAL	s/d	s/d
	NOSSA SENHORA DE FATIMA	s/d	s/d
<b>OCUPAÇÕES 24</b>			
	BEIRA RIO II	s/d	s/d
	CHACARA ANHANGUERA	s/d	s/d
	CHICO AMARAL	s/d	s/d
	JARDIM AMÉRICA	s/d	s/d
	NUCLEO RESIDENCIAL BOA VISTA III e IV	74	236
	PARQUE CIDADE DE CAMPINAS I, II, III e IV	292	1020
	PARQUE UNIVERSAL I	s/d	s/d
	PARQUE UNIVERSAL II	s/d	s/d
	PARQUE UNIVERSAL III	s/d	s/d
	PQ DOS PINHEIROS	79	259
	RECANTO DOS PASSAROS I	72	248
	RECANTO DOS PASSAROS II	s/d	s/d
	RENASCENÇA I	s/d	s/d
	RENASCENÇA II	129	s/d
	ROSÁLIA II	s/d	s/d
	ROSÁLIA IV	s/d	s/d
	SÃO GERALDO	36	136
	SÃO LUIS	s/d	s/d
	SETE DE SETEMBRO	s/d	s/d
	SHALON II	s/d	s/d
	SHALON III	s/d	s/d
	VILA FRANCISCA	400	s/d
	VILA LUNARDI	s/d	s/d
	VILA UNIÃO DA BOA VISTA	s/d	s/d
<b>SUDOESTE</b>		<b>total 74</b>	
<b>FAVELAS 27</b>			



	JD. ALVORADA	34	37
	JD. CAPIVARI	33	338
	JD. MARIA ROSA	104	70
	JD. NOVA ALIANÇA	29	222
	JD. NOVA REPÚBLICA	70	114
	JD. NOVO PAULICEIA	52	64
	JD. NOVO SOL	97	97
	JD. NOVO ANCHIETA	27-A	116
	JD. OURO VERDE	55	139
	JD. PALMARES	28	196
	JD. SANTA LUCIA	31	179
	JD. YEDA I	32	101
	JD. YEDA II	69	101
	JOSSIARA	24	111
	NOVO LONDRES	26	396
	NOVO LONDRES I	81	19
	PARQUE UNIVERSITÁRIO	54	122
	PQ. UNIVERSITÁRIO (Av.6)	96	104
	PQ. DAS INDÚSTRIAS	102	61
	SANTA ISABEL	94	41
	SAPUCAÍ	30	651
	TANCREDO NEVES	39	349
	VILA AEROPORTO	56	34
	VILA NOVA INDEPENDÊNCIA	76	150
	VILA PALÁCIOS	101	66
	VILA PRINCESA	95	190
	VISTA NOVA	98	156
<b>NÚCLEOS</b>	<b>8</b>		
	21 DE ABRIL	s/d	s/d
	CRISTO REDENTOR	s/d	s/d
	IPORÃ	s/d	s/d
	NOVA ANCHIETA	s/d	s/d
	NOVO PARQUE	s/d	s/d
	PARQUE DOM PEDRO II	s/d	s/d
	PARQUE SANTOS DUMONT	s/d	s/d
	PARQUE UNIÃO	s/d	s/d
<b>OCUPAÇÕES</b>	<b>39</b>		
	2 DE JULHO	s/d	s/d
	28 DE FEVEREIRO	148	421
	ARUANÁ	s/d	s/d
	BORGH	26	58
	CARLOS MARICHELTA	s/d	s/d
	DIC I – SERRA	20	67
	ELDORADO DOS CARAJÁS	s/d	s/d
	JARDIM ADEMAR DE BARROS	73	254
	JARDIM AERO AEROPORTO	110	457
	JARDIM BORDON	15	41
	JARDIM OURO VERDE	89	258
	JARDIM PARAISO DE VIRACOPOS I II III	270	807
	JARDIM PLANALTO DE VIRACOPOS I	135	335
	JARDIM PLANALTO DE VIRACOPOS II	105	317
	JARDIM SÃO CRISTOVÃO II	125	200
	JARDIM SHANGAI I II III	44	115
	MAFUZ - (OURO VERDE)	s/d	s/d
	N. R. 10 DE MARÇO	115	366
	NOSSA SENHORA APARECIA I E II	s/d	s/d
	NOVO MAURO MARCONDES	57	138
	NOVO PLANALTO	205	442
	NUCLEO RESIDENCIAL NOVO DIC I	107	392
	PALMARES II	102	282
	PARQUE VISTA ALEGRE	560	1256
	PHILADELPRIA	s/d	s/d

	PQ. UNIÃO DA VITÓRIA	222	772
	RECANTO DO SOL II	5	22
	ROSALINA	s/d	s/d
	JARDIM PARAISO VIRACOPOS II	5	18
	SANTO ANTÔNIO	s/d	s/d
	SANTOS DUMONT I E II	s/d	s/d
	SÃO FRANCISCO	s/d	s/d
	SÃO PEDRO VIRACOPOS	36	84
	VILA PALACIOS I II III	161	531
	VILA PERSEU LEITE DE BARROS (ROSEIRA)	148	465
	VILA TODESCAN	s/d	s/d
	VITÓRIA I	80	46
	VITÓRIA II	s/d	s/d
	ZUMBI DOS PALMARES	s/d	s/d
<b>SUL</b>		<b>total 67</b>	
<b>FAVELAS 29</b>			
	BAIRRO DA CONQUISTA (VILA YPÊ)	168	729
	BAIRRO DA VITÓRIA( V.Georgina)	444	1510
	COLINA DO SOL	312	1421
	IRMÃOS SIGRIST	33	109
	JARDIM CENTENARIO	106	353
	JARDIM SAMAMBAIA II	s/d	s/d
	JARDIM SANTA EUDÓXIA - C	61	88
	JARDIM TAMOIO	100	301
	JD. PARANAPANEMA I	90	234
	JD. ANDORINHAS	231	800
	JD. BANDEIRAS I	69	277
	JD. BANDEIRAS II A	154	269
	JD. CARLOS LOURENÇO	77	327
	JD. ICARAÍ	132	550
	JD. ITATIAIA A-B	461	1490
	JD. NOVA AMÉRICA	32	139
	JD. PARANAPANEMA	470	1696
	JD. SAMAMBAIA	103	462
	JD. SANTA EUDÓXIA - B	103	313
	JD. SANTO EXPEDITO	23	47
	JD. SÃO JOSÉ	66	131
	JD.BANDEIRAS II B	328	474
	N.SRA.DE LOURDES	6	16
	NR. 16 DE JANEIRO	67	128
	SANTA RITA DE CÁSSIA	102	213
	SÃO FERNANDO A-B	228	327
	VILA DA TERRA LIVRE	235	461
	VILA LOURDES A	82	177
	VILA LOURDES B	65	129
<b>NÚCLEOS 3</b>			
	JADIM LIBERDADE	s/d	s/d
	NOVA AMÉRICA	s/d	s/d
	VILA NILZA	s/d	s/d
<b>OCUAÇÕES 35</b>			
	GLEBA B	s/d	s/d
	IRAJÁ	9	40
	IRMÃOS SIGRIST (FEPASA)	455	1543
	JARDIM BANDEIRAS I - B	s/d	s/d
	JARDIM CAMBORIÚ	197	579
	JARDIM CAMPITUBA	s/d	s/d
	JARDIM CAMPITUBA (LENIRA)	s/d	s/d
	JARDIM CAMPO BELO	s/d	s/d
	JARDIM CAMPO BELO (CAMPITUBA)	38	144
	JARDIM DAS ANDORINHAS I	53	164
	JARDIM DAS BANDEIRAS II B	s/d	s/d
	JARDIM DO LAGO II	s/d	s/d

JARDIM FERNANDA II	s/d	s/d
JARDIM MARISA I	s/d	s/d
JARDIM MARISA II	104	392
JARDIM NOSSA SENHORA DE LOURDES II	78	258
JARDIM NOVA AMÉRICA	0	
JARDIM PALMEIRAS	32	121
JARDIM PUCCAMP - CANAÃ	s/d	s/d
JARDIM SANTA CRUZ	100	299
JARDIM SANTA MARTA	123	383
JARDIM SANTA RITA DE CASSIA	s/d	s/d
JD DO LAGO II (BEZERRA DE MENEZES)	s/d	s/d
JD FERNANDA I	24	55
MONTE CRISTO	s/d	s/d
NOVA CANAA (JARDIM DO LAGO I)	54	156
NOVA EUROPA	85	160
NR JARDIM ICARAI	132	528
NUCLEO RESIDENCIAL JEQUITIBAS	29	79
PARQUE CENTENARIO (SALTINHO)	81	315
PARQUE JAMBEIRO	7	27
PARQUE OZIEL	s/d	s/d
RESIDENCIAL ILHA DO LAGO A,B	71	169
SÃO JOSÉ	s/d	s/d
SETE QUEDAS	257	874
<b>TOTAL</b>	<b>23682</b>	<b>63497</b>

Fonte: SEHAB, 2005.